



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE QUÍMICA
CURSO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA

ANDERSON AQUINO DOS SANTOS JUNIOR

**ENTRE TUBOS DE ENSAIO E MEMÓRIAS: A JORNADA AUTOBIOGRÁFICA DE
UM ESTUDANTE NEGRO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA NA UFRJ**

RIO DE JANEIRO

2024

ANDERSON AQUINO DOS SANTOS JUNIOR

**ENTRE TUBOS DE ENSAIO E MEMÓRIAS: A JORNADA AUTOBIOGRÁFICA DE
UM ESTUDANTE NEGRO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA NA UFRJ**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Química da Universidade Federal do Rio de Janeiro, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciatura em Química.

Orientador: Leonardo Maciel Moreira
Coorientador: Anita Ferreira do Valle

RIO DE JANEIRO

2024

CIP - Catalogação na Publicação

S237e Santos Junior, Anderson Aquino dos
Entre tubos de ensaio e memórias: a jornada
autobiográfica de um estudante negro de
Licenciatura em Química na UFRJ / Anderson Aquino
dos Santos Junior. -- Rio de Janeiro, 2024.
73 f.

Orientador: Leonardo Maciel Moreira.
Coorientadora: Anita Ferreira do Valle.
Trabalho de conclusão de curso (graduação) -
Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto
de Química, Licenciado em Química, 2024.

1. Relações Étnico-Raciais no Ensino de Química. I.
Maciel Moreira, Leonardo , orient. II. Valle, Anita
Ferreira do, coorient. III. Título.

ANDERSON AQUINO DOS SANTOS JUNIOR

**ENTRE TUBOS DE ENSAIO E MEMÓRIAS: A JORNADA AUTOBIOGRÁFICA DE
UM ESTUDANTE NEGRO DE LICENCIATURA EM QUÍMICA NA UFRJ**

Projeto de Final de Curso submetido ao corpo docente do Instituto de Química, como parte dos requisitos necessários à obtenção do grau de Licenciatura em Química.

Aprovado em: 12/01/2024

Leonardo Maciel Moreira, UFRJ

Anita Ferreira do Valle, UFRJ

Camila de F. Sant'Ana, IFRJ

Lohrene de Lima da Silva, UERJ

Dedico este trabalho aos meus pais Anderson
Aquino dos Santos e Claudia Vieira de
Oliveira dos Santos.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois sem Ele eu jamais conseguiria. A Ele toda honra, toda a glória e todo o louvor

Aos meus pais Anderson e Claudia por toda dedicação e esforço para me oferecerem todos os meios para que eu tivesse uma educação de qualidade e pudesse ter mais chances no mundo do que eles tiveram. A minha mãe por sempre me apoiar, me dar força, orar por mim e ao meu pai por me proteger e me dar os ensinamentos da vida que carrego até hoje.

Aos meus irmãos que me compreenderam e suportaram todas os momentos de estresse e fadiga e sempre me proporcionaram acolhimento e afeto para que eu pudesse ter forças para continuar seguindo em frente apesar de todas as dificuldades encontradas pelo caminho.

Ao meu orientador, professor Leonardo Maciel por toda a dedicação, atenção e cuidado para que o desenvolvimento deste trabalho fosse de extrema qualidade. Por toda a atenção e todas as palavras de incentivo que não me deixaram desistir nessa reta final. Por toda a paciência em lidar com minhas inseguranças na escrita e uma orientação formidável que eu ainda não ouvi de nenhum outro orientador.

A professora Priscila Tamiasso por todo o acolhimento nos momentos em que pensei em desistir de tudo. Suas palavras e seus incentivos me fizeram resistir mais e não desistir.

Ao professor Waldmir Nascimento Araújo Neto pelas aulas incríveis e por todas as provocações feitas em sala que também contribuíram significativamente para que eu redigisse este trabalho.

A secretária Sonia Bulhões por toda a atenção e dedicação durante a graduação; não só a mim, mas a todos os alunos de graduação que procuram a secretaria. Sem ela, com certeza muitos dos meus pedidos demorariam muito mais tempo para terem resposta.

As amigas da escola Isabelle, Larissa e Thais por estarem sempre presentes na minha vida em todos os momentos. Sem o exemplo e o incentivo delas eu não teria conseguido, e se tivesse conseguido sem elas; certamente eu demoraria muito mais tempo.

Aos amigos da faculdade Yasmim Jaconiano, Yasmim Fonte, Iasmim Amorim, Cassia Sisto, Wanderson Souza e Zulu que cada um no seu momento foi uma força propulsora que me empurrava pra cima, me incentivando, me ajudando e estando comigo sempre que precisei. Obrigado por não soltarem a minha mão e fazerem dos meus dias nessa universidade mais leves, felizes e divertidos.

Ao meu amigo, meu parceiro, meu companheiro e namorado Wallace Santos, por ter sido um dos maiores incentivadores para o meu sucesso e para a entrega deste trabalho, por ter

escutado minhas reclamações, meus lamentos, enxugado minhas lágrimas e por estar disponível sempre que precisei durante toda essa jornada. Obrigado por não desistir de mim, não soltar a minha mão em nenhum momento sequer e me fazer entender que essa conquista é nossa, é para nossa evolução.

“Não lutamos por integração ou por separação.
Lutamos para sermos reconhecidos como seres
humanos.” (Malcom X).

RESUMO

A pesquisa autobiográfica pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento, como a educação, a história, a sociologia, a antropologia, entre outras. Isso porque ela permite uma compreensão mais profunda e contextualizada da realidade pesquisada, a partir da perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos. A narrativa autobiográfica pode ser utilizada como ferramenta metodológica de pesquisa de diversas maneiras; alguns dos principais usos incluem: formação profissional e a compreensão da subjetividade humana, produção de conhecimento científico. Neste trabalho utilizei a pesquisa autobiográfica como fonte e ferramenta de pesquisa com o objetivo de através da minha narrativa (explicitando minhas vivências e expondo minhas memórias) mostrar que todos os desafios enfrentados por mim na minha trajetória como estudante do curso de Licenciatura em Química da UFRJ na verdade é uma narrativa particular de problemáticas sistêmicas que são recorrentes e que também ocorrem com outros estudantes graduandos de universidades públicas. Além de trazer a influência do racismo estrutural como barreiras enfrentadas ao longo da minha graduação e da minha vida, porque o racismo influencia toda a vida de uma pessoa preta, além da minha realidade como um estudante que trabalha; sempre relacionando a minha narrativa com evidências históricas e vivências de outros estudantes que enfrentaram ou enfrentam os mesmos desafios que eu para corroborar, fundamentar meus argumentos e demonstrar a relação que há entre as questões raciais e a minha realidade enquanto uma pessoa preta e graduanda de uma universidade pública. Mostrando ainda que esta pesquisa, que fala sobre mim, revela que muitos dos obstáculos que enfrentei foram apenas por eu ser uma pessoa negra e são reflexo das tentativas de apagamento e impedimento de avanços das pessoas negras neste país. Por fim, um desejo ardente de que este trabalho pioneiro possa servir de inspiração para outros estudantes negros da UFRJ que enfrentam os mesmos obstáculos que eu (ou até piores) não desistam e entendam o lugar justo e legítimo que ocupam dentro desta universidade.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Comissão organizadora da primeira edição da SELIQ/UFRJ	16
Figura 2 - Taxa de analfabetismo entre negros e brancos	56
Figura 3 – Aula de modelos atômicos (estágio)	41
Figura 4 – Palestra sobre o dia internacional contra a discriminação racial	42
Figura 5 - Aula sobre ciência e ensino de química	243
Figura 6 - Turma (incompleta) de calouros de Licenciatura em Química	50
Figura 7 - Número de matrículas, em cursos de graduação presenciais, por turno – Brasil 2011/2021	56
Figura 8 - Dormindo antes da primeira aula.....	63
Figura 9 - Dormindo durante a aula.....	64

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CAIQ - Centro Acadêmico do Instituto de Química

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

Flacso - Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IC – Iniciação Científica

IFRJ - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro

Inep - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira

IQ - Instituto de Química

JICTAC - Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural

ONG – Organização Não Governamental

ONU - Organização das Nações Unidas

Pnad - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

RU – Restaurante Universitário

SELIQ - Semana de Licenciatura em Química

SQ - Semana da Química

TCC - Trabalho de Conclusão de Curso

UFRJ - Universidade Federal do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	17
2. UMA PERSPECTIVA ACERCA DA CONSTRUÇÃO ORGANIZADA DO RACISMO.....	20
3. O RACISMO ENQUANTO CONCEITO E SEUS IMPACTOS	32
4. PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO	40
5. DESAFIOS AO LONGO DO CAMINHO	52
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	68
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	70

PRÓLOGO

Antes de iniciar minha trajetória na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) como universitário, é preciso falar dos meus sonhos. Sempre sonhei em ser médico. Porém esse sonho não foi realizado, pelo curso de medicina ser um curso caro e minha família não poder custear, além do que na época eu era o único que trabalhava (minha mãe recém-divorciada do meu pai tinha perdido o emprego e não conseguia se reinserir no mercado de trabalho; provavelmente pela idade), então na época do vestibular, eu que já era formado como técnico em química, decidi seguir na carreira dando continuidade como químico fazendo Licenciatura em Química. Realmente nunca foi um sonho fazer química, mas eu sempre gostei de química, sempre tive facilidade e vim de uma escola muito boa e com viés muito forte em química, exatamente por formar técnicos em química: o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro (IFRJ). A Licenciatura em Química era um curso que conciliava com o meu trabalho (que eu não poderia deixar pois era o único em casa que tinha uma renda) e numa universidade pública, pois eu jamais poderia pagar uma universidade particular.

É importante destacar que a percepção da desigualdade racial sempre foi muito latente em mim, embora eu não tivesse o discurso e a base intelectual que tenho hoje para conseguir entender melhor e conseguir explicar a manifestação do racismo no cotidiano da população negra deste país. Nem mesmo meus pais, que também pela baixa escolaridade, não sabiam me explicar o porquê de todas as violências cometidas às pessoas pretas do Brasil, sobretudo as pretas e pobres. Mas é no final do ensino médio-técnico no IFRJ que, através da internet e mais especificamente do YouTube que eu começo a acompanhar outras pessoas pretas que trazem conceitos, definições e explicações acerca das questões raciais. E a partir daí, eu mergulho de cabeça neste universo e entendo não só o racismo de forma mais ampla, como de forma mais específica como por exemplo, dentro do meu núcleo familiar, no meu entorno e nas minhas relações.

Entrando na UFRJ, o primeiro impacto foi de não ter nenhum professor negro no corpo docente do curso de Licenciatura em Química. Por mais que eu estivesse entrando no curso e ainda não conhecesse todos os professores que eu poderia receber aulas, eu rapidamente procurei confirmar essa percepção com os veteranos e os mesmos, na época, me confirmaram essa lamentável realidade. O que já me frustrou de cara porque eu já tinha em mente ser orientado por um professor negro; pela representatividade e importância que isso me dá. O

segundo impacto, foi de não poder participar das atividades iniciais de apresentação da universidade, do curso e recepção que os veteranos comumente fazem, por causa do trabalho. Embora eu trabalhasse no mesmo campus, eu precisava cumprir a carga horária do trabalho, e por isso eu não consegui participar desses eventos. Esses eventos são importantes, pois integram os alunos calouros com os veteranos e os calouros entre si, criando uma rede de apoio, amizades e trocas de experiências que são muito importantes, e úteis durante a graduação e fazem com que não nos sintamos sós e perdidos na universidade.

Logo no início da graduação também percebi um certo descaso em relação aos alunos dos cursos noturnos por parte da UFRJ. Não há lugares de convivência, de alimentação e nem Xerox disponíveis ou de fácil acesso; e a segurança que também é totalmente escassa. Além da demora dos ônibus circulares a noite no campus.

Durante a graduação perdi muitos eventos acadêmicos que gostaria de participar como Semana da Química (SQ), Conhecendo a UFRJ, Jornada Giulio Massarani de Iniciação Científica, Tecnológica, Artística e Cultural (JICTAC) e tantos outros porque esses eventos não alcançam a turno da noite da universidade, então pra quem trabalha, como eu, era impossível participar. A programação da SQ a noite era fraca e desinteressante na maioria das vezes. E os outros eventos eram mais voltados para alunos que faziam Iniciação Científica (IC) na universidade, coisa que eu nunca consegui fazer porque precisava trabalhar. O que para mim foi terrível pelo fato de não me sentir integrado a universidade, perder oportunidades de pesquisa, networking, trocas de experiências e mais proximidade com os professores; fora os outros eventos e programas da universidade que são importantes também para a formação.

O transporte também era um grande desafio. Chegar e sair da UFRJ para minha casa era sofrido porque morar longe é um ponto crítico para estudar na UFRJ, sobretudo para quem estuda a noite.

Outro ponto terrível era a falta de tempo para estudar por conta de precisar trabalhar; o tempo que eu teria para estudar eu estava trabalhando e chegava cansado nas aulas. Muitas delas eu cochilava e depois “corria atrás” pra compensar o tempo perdido, tanto das aulas quanto dos estudos, por só ter o final de semana pra estudar o que é muito pouco dado a grande cobrança da faculdade. Fora os inúmeros problemas que eu tive em relação ao sistema da UFRJ. Todo semestre eu tinha um problema com inscrição em disciplinas (poucas vagas são ofertadas a noite) e também há poucas ofertas de disciplinas a noite, o que é injusto porque nos outros turnos os alunos tem opção de escolher com qual profº cursará tal disciplina e a noite eu quase

não podia escolher. Fora que com poucas vagas, muitas vezes eu não podia cursar certa disciplina naquele semestre pela quantidade de vagas limitadas.

Com o passar do tempo, consegui uma certa flexibilização de 1 dia na semana no trabalho que me facilitou um pouco pra conseguir ter mais um dia de estudos ou mais um dia de descanso ou mais um dia para puxar mais disciplinas (que foi o que eu fiz), como puxar as disciplinas das químicas analíticas no período da tarde, e algumas disciplinas práticas, por exemplo, o que me ajudou a conseguir adiantar um pouco o término da graduação.

Voltando aos problemas do sistema da UFRJ, todo o semestre eu tinha algum problema, o que era bem complicado porque trabalhando eu não conseguia ir na secretaria ou falar com o coordenador do curso. O único meio de comunicação possível que tinha era e-mail o que muitas vezes era problemático porque eu precisava esperar a resposta do e-mail que poderia demorar dias (e geralmente demorava). O ÚLTIMO grande problema que tive foi cursando a última disciplina obrigatória e eu demorei 1 semestre pra resolver um problema de nota que o sistema me tirou da turma, e eu não tinha tempo pra resolver pessoalmente por conta de trabalho e só me restava tentar resolver via e-mail. Essas questões são muito desgastantes e estressantes.

Mas também tiveram momentos bons. A noite os colegas que fiz foram imprescindíveis para minha formação, porque a noite a maioria dos estudantes tem a mesma dificuldade, que é conseguir estudar e trabalhar ao mesmo tempo, sabendo o nível de dificuldade que é conseguir se manter aprovado na UFRJ, então é criado automaticamente uma rede de apoio e ajuda incrível que faz com que cada semestre seja melhor aproveitado pelas trocas que fazemos entre nós e a generosidade com que cada aluno partilha do conhecimento que aprende daquela disciplina com o colega. Fora os trabalhos em grupo que eram totalmente bem aproveitados por conta de uma divisão justa e tranquila das tarefas, sem nenhuma pressão. Idem aos relatórios das disciplinas práticas. O que não acontecia com os alunos dos outros turnos, pois como eu disse acima, tive a oportunidade de ter uma flexibilização no trabalho que me proporcionou cursar algumas disciplinas no turno da manhã/tarde e eu percebia a total diferença da relação dos alunos da manhã/tarde em comparação aos alunos da noite. Tenho certeza de que as trocas de informação e ajuda que eu tive com a rede de apoio que tive com os colegas de curso que fiz, foram imprescindíveis para que eu conseguisse concluir a graduação.

Estudando a noite e trabalhando de manhã é bem difícil, quase impossível de conseguir concluir o curso no tempo mínimo e com excelência. Ao longo da minha trajetória eu vi muitas

desistências do curso por causa de tantas barreiras que são postas na nossa frente, barreiras essas que são o tempo, a distância, o cansaço, problemas pessoais e muitos outros.

Outro ponto bastante positivo foi conseguir participar (graças a flexibilização no trabalho) da 1ª Semana de Licenciatura em Química (SELIQ) que ocorreu no ano de 2019 na UFRJ; uma semana acadêmica totalmente voltada para alunos de Licenciatura em Química. Foi um evento que foi importantíssimo para mim, por não ter conseguido participar de nenhum outro evento acadêmico e porque aprendi muito organizando este tipo de evento e participando da avaliação de cada trabalho que seria apresentado, de cada palestra e curso que seria ministrado e principalmente podendo conhecer outros professores, aprender novos saberes e criar redes de conhecimento. Foi assim que conheci o orientador deste Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), o que me trouxe muita satisfação pois eu queria ser orientado por um profº negro e no Instituto de Química (IQ) da UFRJ campus Fundão não há professores negros no curso de Licenciatura em Química, pelo menos não enquanto eu cursei a graduação. Este evento acadêmico com certeza foi um divisor de águas pra mim, pois me trouxe o verdadeiro sentido e propósito de ser professor e me fez me sentir mais integrado com a faculdade.

Na figura 1 é possível perceber a minha felicidade em fazer parte de uma comissão organizadora de um evento acadêmico de licenciandos em química, feito para licenciandos em química e principalmente realizado também por alunos que trabalhavam, o que mostra que é possível integrar os alunos trabalhadores nos eventos acadêmicos na universidade.

Figura 1 – Comissão organizadora da primeira edição da SELIQ/UFRJ



Fonte: Acervo pessoal

Mas este evento também teve seus pontos negativos. Nos mostrou o total descaso por parte da direção do IQ com os alunos do curso de Licenciatura, o que não acontece com os alunos e os eventos dos outros cursos de química do Instituto. Tudo que precisávamos da direção, era conseguido a duras penas, demonstrando um completo desprezo pela importância deste curso, afinal é a partir de professores que outras pessoas se formam em outras profissões, ou seja, se não fosse o profº nenhuma das outras profissões existiria. E esse descaso, que não deveria existir dentro de um ambiente acadêmico onde deveria se prezar pela valorização de todas as profissões, é reproduzido em toda a sociedade desde o repúdio à profissão, até a própria remuneração. E ver esse movimento negativo dentro da própria universidade que me forma como professor, só frustra mais o graduando que ainda nem saiu para o mercado de trabalho e já se sente totalmente desmotivado, porque se não há valorização dentro da universidade que o forma, que valorização terá fora dela?

1. INTRODUÇÃO

A pesquisa autobiográfica pode ser aplicada em diversas áreas do conhecimento, como a educação, a história, a sociologia, a antropologia, entre outras. Isso porque ela permite uma compreensão mais profunda e contextualizada da realidade pesquisada, a partir da perspectiva dos próprios sujeitos envolvidos. Além disso, a pesquisa autobiográfica pode ser utilizada para analisar processos de formação, identidade, relações interpessoais e institucionais, entre outros aspectos (Abrahão, 2003).

Dentro deste tipo de pesquisa, há alguns desafios a serem enfrentados pelos pesquisadores e um dos principais desafios é a utilização da memória como fonte de informação; pois na reconstrução das memórias incluem fatores como o tempo ocorrido desde o momento narrado, as emoções envolvidas, as expectativas do narrador e do pesquisador, além também da dificuldade em narrar os fatos (escrever os fatos propriamente ditos) mesmo tendo a lembrança das memórias (Abrahão, 2003).

As narrativas podem ser analisadas e interpretadas de forma a revelar aspectos importantes da realidade pesquisada por meio de uma abordagem que reconheça a reconstrutividade da memória e a subjetividade dos relatos. Isso envolve considerar as narrativas como representações e interpretações particulares do mundo (Abrahão, 2003). Além disso, é importante adotar uma concepção em que as categorias de sujeitos são entendidas como espaço de enunciação, permitindo que os elementos pertinentes sejam desenhados na medida da relação das narrativas com seus contextos. Dessa forma, a análise das narrativas pode revelar aspectos significativos da realidade pesquisada, proporcionando uma compreensão mais profunda e contextualizada dos fenômenos estudados.

A narrativa autobiográfica pode ser utilizada como ferramenta metodológica de pesquisa de diversas maneiras. Alguns dos principais usos incluem: compreensão da subjetividade humana, produção de conhecimento científico e formação profissional (Marques; Satriano, 2017).

De acordo com Marques e Satriano (2017, p. 377), “a pesquisa autonarrativa fundamenta-se na descrição, reflexão e introspecção tanto intelectual quanto emocional do narrador (em sintonia com autores escolhidos por ele dentro de um contexto sociocultural para interlocução teórica).”

O pesquisador, quer seja na pesquisa narrativa ou autonarrativa, não é neutro. Ele vive uma dualidade de proximidade e distanciamento, de apropriação e estranhamento, de conforto e angústia. Propomos o diálogo como base entre o pesquisador e o narrador, quer sejam ou não o mesmo sujeito. O diálogo só é possível a partir da semelhança guardada as diferenças, isto é, preciso reconhecer o “eu/eus” e o “outro”. [...] Diversas são as possibilidades de registro da autonarrativa no qual são registrados os fatos como observados, assim como os sentimentos, as reações, os preconceitos, ou seja, são registrados tanto os aspectos cognitivos quanto afetivo-sociais (Marques; Satriano, 2017, p. 377-378).

O uso como compreensão da subjetividade humana, permite que o próprio pesquisador se torne o foco de estudo, possibilitando uma compreensão mais profunda da subjetividade humana. No uso como produção de conhecimento científico, a narrativa autobiográfica pode ser considerada uma forma legítima de produção de conhecimento científico, permitindo ao pesquisador vivenciar uma dualidade de proximidade e distanciamento, apropriação e estranhamento, conforto e angústia. No uso como formação profissional; além de contribuir para a pesquisa acadêmica, a autonarrativa pode ser utilizada em prol do aperfeiçoamento profissional, permitindo reflexões que reúnem aspectos singulares e permitem a articulação com observações técnicas e metodológicas.

A pesquisa autobiográfica como um caminho de pesquisa também pode contribuir significativamente para a formação e profissionalização docente de diversas maneiras, pois ela possibilita a reconstituição da consciência histórica das aprendizagens realizadas ao longo da vida, permitindo aos docentes uma melhor percepção sobre seus processos de aprendizagem. Além disso, ao refletir sobre suas próprias experiências e trajetórias, os docentes podem desenvolver uma compreensão mais profunda de si mesmos, de suas práticas pedagógicas e do contexto em que atuam, o que pode impactar positivamente em sua atuação profissional.

Ademais, ao explorar a própria formação, os docentes podem compreender os contextos sociais, políticos e econômicos que influenciaram suas decisões, o que pode contribuir para uma maior consciência de si e de seu papel como educador. Esse entendimento sobre a pesquisa autobiográfica se tornou relevante na escolha do meu tipo de pesquisa, porque sendo um futuro professor, entendi que este tipo de pesquisa também poderá ajudar no meu futuro profissional.

No desenvolvimento da pesquisa autobiográfica, os meios de análise de práticas e vivências enfatizados incluem a reconstituição da consciência histórica das aprendizagens realizadas ao longo da vida, permitindo uma melhor percepção sobre os processos de aprendizagem (Santos; Estevam; Martins, 2018). Através da reflexão sobre suas próprias experiências e trajetórias, os docentes podem desenvolver uma compreensão mais profunda de

si mesmos, de suas práticas pedagógicas e do contexto em que atuam, o que pode impactar positivamente em sua atuação profissional.

Então, neste trabalho utilizei a pesquisa autobiográfica como fonte e ferramenta de pesquisa com o objetivo de através da minha narrativa (explicitando minhas vivências e expondo minhas memórias) mostrar que todos os desafios enfrentados por mim na minha trajetória como estudante do curso de Licenciatura em Química da UFRJ na verdade é uma narrativa particular de problemáticas sistêmicas que são recorrentes e que também ocorrem com outros estudantes de universidades públicas.

Neste trabalho, trouxe a influência do racismo estrutural como barreiras enfrentadas ao longo da minha graduação e da minha vida, porque o racismo influencia toda a vida de uma pessoa preta, além da minha realidade como um estudante que trabalha; sempre relacionando a minha narrativa com evidências históricas e vivências de outros estudantes que enfrentaram ou enfrentam os mesmos desafios que eu para corroborar e fundamentar meus argumentos e demonstrar a relação que há entre as questões raciais e a minha realidade enquanto uma pessoa preta e graduanda de uma universidade pública.

2. UMA PERSPECTIVA ACERCA DA CONSTRUÇÃO ORGANIZADA DO RACISMO

Para realizar sonhos não basta apenas ter vontade de realizá-los, mas também é necessário subsídios para tal. É um engano achar que somente com muito esforço e trabalho, se conseguirá alcançar os sonhos e os objetivos. Essa ideia de que o esforço e o trabalho farão com que se alcance os objetivos desejados vem da ideologia da meritocracia. De acordo com Barbosa (2003, p. 22), “meritocracia é um conjunto de valores que postula que as posições dos indivíduos na sociedade devem ser consequência do mérito de cada um. Ou seja, do reconhecimento público da qualidade das realizações individuais.” Pela ideologia meritocrática poderíamos acreditar que este é um sistema justo onde quem se esforça vence, e quem não se esforça perde. Ou seja, há uma recompensa intrínseca atribuída através do mérito de cada um.

Por essa definição concluímos então que a meritocracia se baseia no mérito individual e independe de raça, gênero ou nível social. Contudo, quando relacionamos meritocracia e racismo percebemos que nem sempre este sistema de valorização, que recompensa pela capacidade e esforço individuais, é garantido.

Em tese, a meritocracia realmente parece ser um modelo justo e imparcial; imparcial, porque este não dependeria do juízo de valor e/ou julgamento de alguma pessoa pelas suas percepções de mundo ou sociais construídas através de padrões sociais; mas dependeria apenas do esforço, dedicação e trabalho pessoais. Porém, na prática, fatores históricos e sociais como o racismo estrutural e desigualdade socioeconômica, por exemplo, podem dificultar o acesso as oportunidades de forma igualitária, sobretudo se o indivíduo for uma pessoa negra vivendo no Brasil, que é um país histórica e estruturalmente racista, onde dentro dessa estrutura de poder (que é o racismo estrutural) estigmatiza a pessoa negra inferiorizando-a, e como consequência impedindo-a de acessar as oportunidades de forma igualitária que poderia ocorrer a pessoas brancas, por exemplo; pois o racismo molda o inconsciente (Almeida, 2019).

O racismo como ideologia estruturante da sociedade, faz parte da estrutura social e molda até o inconsciente popular (porque como ideologia, este instrumento social é subjetivo, ou seja, está no campo abstrato/comportamental) e mostra que mesmo se alguém estiver extremamente preparado intelectualmente (para o mercado de trabalho, por exemplo), mas que é uma pessoa negra, as mesmas oportunidades de emprego não serão as mesmas em relação a pessoas brancas. Um cenário pior ainda, é de que pessoas negras não conseguem nem chegar

ao nível mínimo de preparo que se espera para um bom indivíduo ocupar lugares de destaque profissionalmente, por exemplo, por não ter oportunidade de ter acesso a cultura, lazer e educação de qualidade exatamente pelo racismo sistêmico que existe; logo esta pessoa negra já estaria em desvantagem se o parâmetro para o sucesso for a meritocracia, porque as pessoas negras em sua grande maioria nem conseguiriam estar em pé de igualdade visto todas as desvantagens já apresentadas que fariam com que essa pessoa negra jamais tivesse méritos para alcançar o sucesso de ascensão social e melhora de vida.

Esse racismo arraigado impede que nós negros tenhamos as mesmas chances de sucesso e progresso na sociedade. Barreiras como a falta de acesso à educação de qualidade, oportunidades de emprego limitadas e até discriminação racial no trabalho são impeditivos para um crescimento socioeconômico ou profissional.

Outrossim, o inconsciente pode influenciar as avaliações de mérito porque como já disse antes, o racismo também molda o inconsciente social, levando assim a decisões meritocráticas subjetivas e injustas; através dos instrumentos raciais subjetivos que permeiam o inconsciente coletivo e faz com que, por exemplo, uma pessoa negra bem preparada para o mercado de trabalho não seja contratada pela cor da sua pele ou seus traços africanos ou o formato de cabelo; da mesma forma que um segurança de uma loja siga um possível cliente negro pela loja com a desconfiança de que este poderia roubar e/ou furtar a loja, por conta de sua cor de pele, seus traços africanos, por ser negro. Porque inconscientemente esses símbolos significam, no imagético social, pessoas potencialmente perigosas e/ou criminosas, pessoas que são inferiores e por isso são potencialmente perigosas.

Conforme Almeida (2019, p. 51) “a soma do racismo histórico e da meritocracia permite que a desigualdade racial vivenciada na forma de pobreza, desemprego e privação material seja entendida como falta de mérito dos indivíduos.” Logo, a ideologia de meritocracia não pode ser considerada como forma de avaliação individual ou como um projeto de vida a ser seguido, pois a meritocracia não leva em consideração outros fatores sociais, como racismo, como parâmetro para se avaliar um indivíduo quanto a sua capacidade para ocupar e acessar todos os espaços. A meritocracia pode inclusive perpetuar a desigualdade racial por não levar em conta os obstáculos e a discriminação que pessoas negras enfrentam. E embora possa parecer justo à primeira vista, esse modelo possui problemas e desafios que devem ser considerados.

A primeira grande questão é que a meritocracia pressupõe que todas as pessoas têm as mesmas oportunidades ou a mesma chance de alcançar as mesmas oportunidades, o que não é

verdade. As desigualdades raciais, sociais e econômicas, criam barreiras invisíveis para determinados grupos, dificultando assim a igualdade de oportunidades para todos.

Um grande problema da meritocracia é que muitas vezes ela ignora problemas estruturais que afetam a trajetória individual. À exemplo, o racismo cria barreiras invisíveis que podem atrapalhar o acesso a recursos, oportunidades, carreiras, espaços, enfim; que torna mais difícil para algumas pessoas de revelarem seu verdadeiro potencial.

Outra questão grave é a tendência de reforçar desigualdades ao longo do tempo, pois aqueles que já têm acesso aos recursos necessários para se destacarem têm as maiores chances de sucesso e, desta forma acumulam mais vantagens em relação aos menos favorecidos. Isso pode levar a uma concentração e a manutenção de poder e riqueza nas mãos de poucos, criando assim um ciclo difícil de quebrar; o que podemos chamar de pacto narcísico da branquitude, que é quando observamos este fenômeno à luz do racismo, como explicitado por Bento (2022, p. 11), “o pacto narcísico da branquitude é definido como um pacto de cumplicidade não verbalizado entre pessoas brancas, que visa manter seus privilégios.” E é exatamente esse movimento que mantém as mesmas pessoas, ou os mesmos grupos de pessoas em lugares de poder e decisão, enquanto os outros grupos são subalternizados. Esse ciclo faz com que haja uma repetição de mesmas pessoas em lugares de poder para que estas controlem aquelas. Há inclusive um pensamento nefasto que parte deste pacto da branquitude (que também é uma das faces do racismo), que é esta manutenção de poder entre pessoas brancas, para que não haja oportunidade de pessoas negras assumirem tais lugares, para que assim não haja uma quebra no sistema racista que existe na estrutura da sociedade.

Esse discurso meritocrático inclusive é um discurso que é largamente usado para se fazer acreditar que através do mérito pessoal conquistaremos ascensão, prestígio e sucesso; mas não. Isso jamais acontecerá pois a branquitude quer se manter sempre no poder e escolher quem estará no poder e ocupando posições e cargos importantes de tomada de decisão fazendo com que assim as minorias sociais jamais atinjam este lugar.

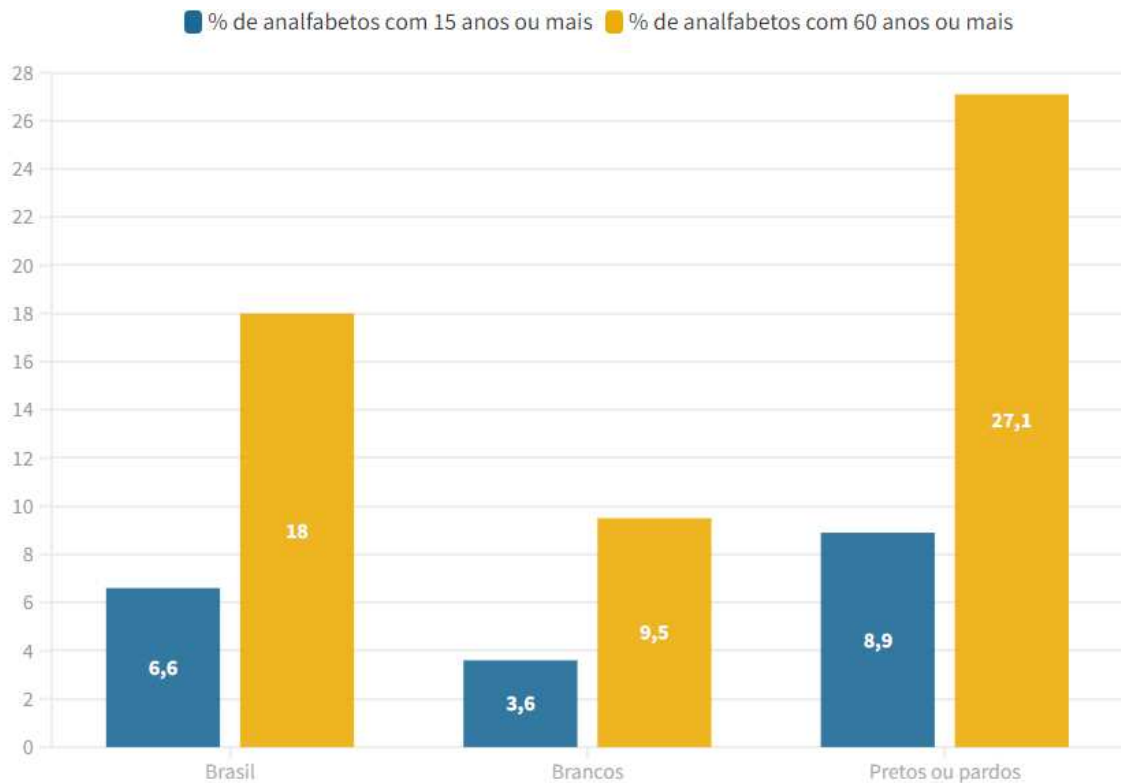
Para combater essa relação problemática, é essencial outras políticas públicas e medidas (além das que já existem) para eliminar o racismo estrutural, as desigualdades de partida e que promovam inclusão, a fim de proporcionar oportunidades justas e equitativas para todos, pois embora a meritocracia possa parecer uma abordagem justa para a promoção do mérito e do talento de cada um, seus problemas inerentes exigem uma análise crítica e o desenvolvimento de medidas para mitigar as desigualdades e garantir que todos tenham a chance de prosperar em uma sociedade mais equitativa.

Para uma parcela da população brasileira, não é nem permitido sonhar, e essa parcela é a população negra. Para nós pessoas negras, o sonho (no sentido mais amplo da palavra) é quase que um privilégio, porque temos que lidar com demandas muito maiores, como por exemplo, estar vivos. Um país onde a morte de jovens negros parece ser tão permissiva a ponto de não causar o mínimo de comoção social, só reforça o quão descartável é um corpo negro para sociedade que não nos humaniza e quão vulnerável somos frente as inúmeras violências que nós negros enfrentamos diariamente, desde um segurança nos seguindo num shopping, passando por agressões verbais de cunho racista até mortes violentas.

É sabido por fontes estatísticas seguras, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Mapa da Violência, da Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais (Flacso), que a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Não obstante a essa estatística que já seria terrível, segundo a Rede Observatórios de Segurança, a cada quatro horas um negro é morto pela polícia no Brasil. Das mais de 2.600 mortes em ações policiais em 2020, 82,7% das pessoas eram negras, e o Rio de Janeiro (minha cidade natal) lidera as estatísticas, pois dos seus mortos 90% são pessoas negras (CNN Brasil, 2021). Diante de tantos números que revelam esse massacre explícito, esse genocídio diário da população negra, eu sendo um jovem negro, obviamente que sou atravessado por essas estatísticas diariamente. Outra triste realidade que atravessa população negra são os números relativos à escolarização no Brasil.

Segundo dados da Pnad (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio) Contínua Educação em 2019, a taxa de analfabetismo no país (figura 2) é de quase três vezes mais entre pretos ou pardos do que entre os brancos.

Figura 2 - Taxa de analfabetismo entre negros e brancos



Fonte: Bermúdez (2010).¹

Através dessa figura podemos observar a diferença gritante no nível de escolarização das pessoas pretas ou pardas em relação as pessoas brancas. São quase três vezes mais o número de analfabetos negros, tanto jovens quanto idosos. Esses números são o reflexo da vulnerabilização e da precarização educacional entre as pessoas pretas no Brasil, consequência de um histórico escravocrata e discriminatório no país e onde podemos observar que esta realidade de exclusão se perpetua pelas gerações, pois os números de pessoas analfabetas aumentam com o aumento da faixa etária, conforme mostra o gráfico, o que significa que historicamente nós pessoas pretas sofremos a falta de acesso à educação, direito que é obrigatório e garantido por Lei para todos os cidadãos brasileiros. Tais dados embasam e garantem a influência que o racismo estrutural ainda tem sobre a sociedade, dado que esses dados são recentes e que gerações de pessoas pretas são impactadas com a falta de acesso à educação e que vai resultar em condições socioeconômicas precárias, na dificuldade de

¹ BERMÚDEZ, Ana Carla. Analfabetismo entre negros é quase o triplo que entre brancos. UOL, 15 julho 2020. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/15/analfabetismo-entre-negros-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-entre-brancos.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

ascensão social e econômica, na dificuldade de acesso a espaços de poder e na permanência de lugares de subalternidade.

Através desses números fica evidente que o racismo estrutural incentiva as desigualdades educacionais entre negros e brancos, para que negros continuem nos lugares de subserviência enquanto os brancos continuem a ocupar os lugares mais privilegiados da sociedade. Certamente existem pessoas brancas que também ocupam lugares de baixa escolarização, que protagonizam situações de pobreza e sem oportunidades de emprego; porém a quantidade de pessoas brancas nesses lugares de subalternidade e vulnerabilidade social, educacional e econômica é historicamente bem menor em relação às pessoas negras que sofrem desde a abolição da escravidão com a falta de oportunidades e de acesso a melhores condições financeiras e de ascensão social.

Com os dados coletados pela Organização Todos pela Educação, é possível perceber as diferentes trajetórias educacionais entre esses grupos (pessoas pretas e pessoas brancas) desde a educação infantil até a conclusão do ensino médio, resultando em oportunidades desiguais entre esses mesmos grupos. De acordo com os dados, entre os anos de 2016 e 2018 o número de crianças pretas matriculadas etapa inicial da educação infantil foi de 3 a cada 10 crianças (32%), percentual baixo em relação a crianças brancas matriculadas na educação infantil, que corresponde a 39%. Já no ensino médio, os jovens até 19 anos que concluíram esta etapa educacional ocupam entre 58% e 59% no ano de 2019 enquanto os jovens brancos até 19 anos que concluíram, ocupam 75% neste mesmo ano.²

Diante desses números também podemos observar que o acesso e a permanência de pessoas pretas é bem menor em relação ao de pessoas brancas, desde a creche até a conclusão do ensino médio; o que mostra que pessoas negras tem menos chances de acessar melhores oportunidades, e melhores oportunidades são oferecidas a pessoas intelectualmente mais preparadas; o que reflete também no acesso ao ensino superior, pois para ingressar no ensino superior é necessário ter concluído o ensino médio, o que muitas pessoas negras não tem nem a oportunidade de começar e, conseqüentemente essa grande barreira que é o acesso à educação e que se faz presente na vida de muitas pessoas negras, impede-as de galgar novos voos,

² DO início ao fim: população negra tem menos oportunidades educacionais. TODOS PELA EDUCAÇÃO, 12 novembro 2020. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/do-inicio-ao-fim-populacao-negra-tem-menos-oportunidades-educacionais-2/#:~:text=Em%202019%2C%20apenas%2065%2C1,contra%2075%25%20dos%20jovens%20brancos>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

alcançar novos objetivos e perspectivas da realidade diferente da realidade que vive, que na maioria dos casos é uma realidade de vulnerabilidade e desigualdade sociais, marginalização e desumanização.

A realidade de vulnerabilidade e desigualdade sociais da população negra no Brasil pode se mostrar tanto nas moradias quanto na empregabilidade dessas pessoas, porque a falta de acesso a escola, a falta de acesso ao nível superior (que pode ser uma grande porta de entrada para grandes oportunidades de ascensão financeira e social) impede que essas pessoas acessem lugares privilegiados e ocupem espaços minimamente dignos para que um ser humano viva razoavelmente bem e confortável de acordo com os padrões mínimos de sanitização e bem-estar que conhecemos hoje. Essa também é uma condição de desumanização, já que necessitamos de condições básicas como saneamento, alimentação de qualidade e acesso a saúde; e quando isso é negado a um indivíduo ou a um grupo isso também leva àquele indivíduo ou ao grupo, um estado de desumanização, visto que constitucionalmente todos os cidadãos tem o direito a educação, saúde e condições dignas de moradia e alimentação e a educação está intimamente relacionada a esse pensamento, porque a educação nos faz seres mais críticos, seres mais preparados para o mercado de trabalho e potencialmente ocupantes de cargos no mercado de trabalho minimamente dignos para um cidadão.

Historicamente, a população negra vive, ou melhor sobrevive, no mercado informal de trabalho desde a “abolição” da escravidão, e essa realidade ainda é vista atualmente e reforçada pela falta de acesso à educação desse grupo, como os números apresentados mostram. Quando não nos empregos informais, nós pessoas pretas protagonizamos os cargos de subalternidade no mercado formal de trabalho justamente pela baixa escolarização. Segundo dados do estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil” do IBGE (2023), em 2018, do número de pessoas sem emprego no Brasil, 64,2% eram pessoas pretas ou pardas.

Mais da metade das pessoas desempregadas nessa época, que é recente, são pessoas pretas e esse número só traduz o estado de calamidade em que nós pessoas pretas estamos inseridas desde que chegamos até aqui, escravizados; sim, porque se não por grilhões que nos prendiam e nos faziam como objetos sem quaisquer traços de humanidade, hoje vivemos ainda marginalizados sem acesso as condições mínimas básicas de dignidade.

Ainda no recorte educacional, essa taxa alta de desemprego só nos faz concluir que a falta de acesso à educação básica e ao nível superior, que nos possibilita alcançarmos melhores condições, nos faz permanecer ou na informalidade ou no desemprego, já que para o mercado

formal de trabalho é exigido um diploma. Se por um lado, em 2018 foi contabilizado mais de 60% das pessoas desempregadas sendo pessoas negra, nesse mesmo ano, o percentual de pessoas negras ou pardas na informalidade de trabalho foi de 47,3%. Segundo o IBGE, esta porcentagem foi maior em relação às pessoas brancas, que ocupam 34,6%. E obviamente ocupamos os menores lugares em cargos de confiança e nos cargos executivos, 4,7% segundo o Instituto Ethos; que é uma Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. Torna-se curioso que sejamos a maior força de trabalho, 54,9% segundo o estudo “Desigualdades Sociais por Cor ou Raça no Brasil”, do IBGE (2023), mas que ocupemos os menores cargos de poder e os maiores nas bases econômicas do país. Na verdade, isso é fruto do racismo estrutural e da falta de oportunidades e de acesso à educação que nos mantém na marginalização social.

A educação é o investimento pessoal mais precioso que se pode alcançar, além de ser um direito constitucional. Porém através de muitas pesquisas como as que trouxe, que apresentam números que reforçam a necessidade de haver mudanças significativas no que diz respeito ao acesso à educação de pessoas pretas, pois a falta de acesso das mesmas cria um efeito cascata que reflete em gerações de pessoas negras que não conseguem acesso à educação e conseqüentemente acesso ao ensino superior, o que gera uma manutenção deste grupo em lugares de subserviência, subalternidade e de falta de melhores oportunidades de vida.

Ainda falando sobre a escolarização da população negra no Brasil, é possível garantir que este é um problema estrutural e histórico, visto que desde a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no século XIX houve restrições para os negros, produzindo assim efeitos sociais devastadores que são observados e quantificados até os dias atuais. Segundo Dos Passos (2012, p. 142), “para a época, educar e libertar os negros cativos eram processos considerados complementares”, ou seja, a educação constituía um requisito essencial para a eliminação da escravidão e desempenhava um papel fundamental como ferramenta primordial na libertação de indivíduos escravizados, tanto homens quanto mulheres.

Com efeito, a educação liberta e emancipa um indivíduo, uma vez que a educação nos traz instrução, senso crítico, entendimento de pertencimento e possibilidade de alcançar melhores oportunidades, e é exatamente essa ideia concretizada que as elites da época buscavam impedir, combater para que não houvesse a possibilidade de acesso à educação dos negros libertos e muito menos dos escravizados, uma vez que a sociedade daquela época via o corpo negro como uma mercadoria e não como um ser humano.

Observa-se que o processo de instrução da população negra é construído pós abolição, mas com o advento as Leis pré-abolicionistas, já constatamos os sociais para a educação da população negra. A saber, a Lei do Ventre Livre, aprovada em 28 de setembro de 1871, estabeleceu que as crianças, nascidas após a publicação da Lei, fossem entregues pelos proprietários aos cuidados do Estado, mediante indenização, para serem educadas.

Aquelas que não fossem entregues mantinham-se como escravas até os 21 anos. Entretanto, os registros da época mostram que um número muito abaixo do contingente de crianças existente foi entregue. Do total das 403.827 crianças matriculadas, entre 1871 e 1885, apenas 113 foram entregues ao Estado, mediante indenização (Dos Passos, 2012, p. 142).

A maioria das crianças nascidas livres de mães escravizadas após a sanção da Lei recebeu os cuidados dos senhores das mães escravizadas, porém esses cuidados e educação não seguiram necessariamente os padrões propostos pela Lei do Ventre Livre que visava facilitar a transição para a sociedade organizada a partir do trabalho livre. Só pelo desdobramento que acontecia na prática a partir desta Lei, já nos faz entender como a manipulação das elites da época burlavam de fato a Lei e mantinham as crianças negras, que nasceriam libertas, não as entregando-as para que o Estado iniciasse o processo de inserção delas na sociedade e na escola.

Todas essas manipulações são mostras claras do impedimento planejado para que a população negra conseguisse avançar nas conquistas sociais, através da educação dos filhos de escravizados que já nasceriam libertos e com chances de serem educados e terem um futuro diferente dos pais, por exemplo. Manipulação essa que produziu efeitos sociais devastadores e refletem-se até hoje.

Outro dispositivo jurídico que normatizou as desigualdades foi a Lei de Locação de Serviços, ao proibir aos libertos acessarem o mercado de trabalho, produzindo efeitos sociais devastadores no início da República (Dos Passos, 2012, p. 149). Essa Lei resultou com que mesmo após o fim da escravidão os negros libertos não tivessem a oportunidade legal de exercer alguma ocupação. Esta Lei foi uma “assinatura de morte” com o consentimento do Estado para nossos ancestrais, pois negou o direito a subsistência, e muitos dos danos sofridos por esse grupo podem ser facilmente compreendidos por dispositivos jurídicos como esses. Pode ser entendida como represália clara contra a Lei Áurea, na época. Não que a Lei Áurea tivesse concedido os direitos mínimos básicos para a população negra, certamente que não; mas o pós abolição foi tão doloroso quanto os quase 400 anos de escravidão, e todos os efeitos dessas

movimentações passadas repercutem até hoje, nos números baixos de escolarização das pessoas pretas, o alto índice de violência que pessoas pretas sofrem, pelo baixo índice de empregabilidade no mercado formal de trabalho, pelo ainda baixo índice de acesso ao ensino superior de pessoas negras (número que veio mudando com a Lei de Cotas), porque se nem direito a trabalho os recém libertos tinham, quanto mais direito de acesso a escola.

Diante de todos esses números e Leis que felizmente estão no passado do país, podemos entender quantos sofrimentos a população negra sofreu e com isso podemos inferir as escolhas primordiais que foram feitas para que essa população sobrevivesse num país que não a queria vivo; e nessas escolhas a educação não era uma prioridade, e a partir dessas reflexões podemos entender os baixos níveis acesso e permanência escolares, a evasão escolar, dificuldade no aprendizado, entre outros. Uma série de problemáticas que foram passadas de geração para geração; com os resultados expressos em números desoladores que apontam uma realidade muito aquém do ideal, sobretudo pela população preta e parda que ocupa mais de 50% do número de brasileiros deste país.

A ideologia de branqueamento do Brasil no século XIX pode ser confirmada pela legislação da época, onde era claro a exclusão do negro (alforriado ou libertos no pós-abolição), a dificuldade deste grupo no mercado livre de trabalho e a promoção do branco imigrante no mercado livre de trabalho.

Nesse contexto, podemos citar a Lei n. 601 de 18 de setembro de 1850, que no art. 18 diz

O Governo fica autorizado a mandar vir annualmente á custa do Thesouro certo numero de colonos livres para serem empregados, pelo tempo que for marcado, em estabelecimentos agricolas, ou nos trabalhos dirigidos pela Administração publica, ou na formação de colonias nos logares em que estas mais convierem; tomando anticipadamente as medidas necessarias para que taes colonos achem emprego logo que desembarcarem (Brasil, 1850).

De acordo com a legislação explicitada, evidencia-se o incentivo do Estado (se fosse necessário o Estado custearia essa imigração) na importação de mão de obra, na promoção dessa política de branqueamento, em detrimento da mão de obra já existente, a mão de obra de pessoas negras. Logicamente que o racismo é tão impactante, que este trabalha no imaginário social fazendo com que para o Estado e pra sociedade da época não vissem os negros escravizados e/ou alforriados, como um potencial para mão de obra que merecesse receber um salário, pois a população negra era vista como mercadoria, como objeto, como uma mão de obra que não

merecia salário pelos seus serviços, pois era um grupo que existia para servir; essa é uma das bases da ideologia do racismo. E através dessa lógica então fazia sentido importar mão de obra, e esses imigrante (chamados de colonos) de mesma cor de pele, esses sim eram dignos de trabalhar e receber um salário pelos seus serviços.

Outra lei que incentiva o trabalho imigrante no Brasil é a Lei n. 514 de 28 de outubro de 1848, que no art. 16 diz que *“A cada huma das Provincias do Imperio ficção concedidas no mesmo, ou em diferentes lugares de seu territorio, seis leguas em quadra de terras devolutas, as quaes serão exclusivamente destinadas á colonisação, e não poderão ser roteadas por braços escravos”*. Ora, esta outra legislação revela claramente o incentivo do governo em doar terras brasileiras para os imigrantes (ditos colonos) trabalharem esta terra, e fica mais claro ainda a proibição de pessoas negras (que até aquela época ainda eram escravizadas) a trabalharem a terra.

O texto dessa lei evidencia a verdadeira intenção da política de branqueamento que permeava a sociedade daquela época e com o aval do Estado para o apagamento da população negra deste país; sim porque a intenção deste branqueamento era acabar com o povo negro, pois sem terras para trabalhar (num país exclusivamente agrícola como era na época) e com a proibição pelo próprio Estado de inserção ao mercado de trabalho, a existência da população negra seria totalmente inviável. Ao contrário, observamos o forte incentivo do Estado em importar mão de obra (branca), fruto da política de embranquecimento do país, que como concretização dessa política, importaram imigrantes de muitas partes da Europa, os ofereceu terras para subsistência e os inseriu no mercado de trabalho; em detrimento da mão de obra escravizada e recém liberta que já havia no país. Esses acontecimentos reforçam nitidamente a visão hegemônica daquela época, que via o negro exatamente como mercadoria que só serviria para a mão de obra se fosse de maneira escravizada e sempre sem nenhum direito cidadão, sem inserção no mercado de trabalho e na sociedade civil.

Atualmente, com meus 30 anos de idade, talvez não seja tão jovem, mas há aproximadamente sete anos, eu era esse jovem negro que conseguiu sobreviver a cruel estatística de genocídio (que segundo a nota técnica nº 10 emitida pelo IPEA diz que a taxa de homicídios de negros no Brasil é de 36 mortes por 100 mil negros, a mesma medida para os “não negros” é de 15,2 (Cerqueira; De Moura, 2014, p. 6) além da taxa de homicídios na Tabela 1 que mostram que as mortes de pessoas negras no Rio de Janeiro são o dobro em relação a pessoas “não negras”; e que sonhava. Sonhava em ser médico, sonhava em cursar uma

universidade e ser médico. Mas esse sonho, já na infância, foi retirado de mim por medicina ser um curso muito elitista, muito caro (valores de mensalidade que custam de R\$ 5 mil a R\$ 12 mil reais); logo eu não conseguiria acessá-lo. Essa ideia de impossibilidade de acesso a lugares, espaços, oportunidades e bens de consumo, fica bem alicerçada no racismo.

Tabela 1 - Taxa de homicídios

Taxa de Homicídios		
Unidade da Federação	Negro	Não-Negro
Acre	18,0	12,9
Alagoas	80,5	4,6
Amapá	41,1	16,1
Amazonas	38,5	7,8
Bahia	47,3	11,3
Ceará	30,3	10,7
Distrito Federal	52,7	10,0
Espírito Santo	65,0	17,4
Goiás	42,8	15,0
Maranhão	26,3	9,6
Mato Grosso	39,7	20,4
Mato Grosso do Sul	30,6	21,0
Minas Gerais	23,8	10,3
Pará	55,1	15,5
Paraíba	60,5	3,1
Paraná	22,6	38,7
Pernambuco	54,6	7,7
Piauí	14,9	7,0
Rio de Janeiro	41,0	21,2
Rio Grande do Norte	34,7	8,5
Rio Grande do Sul	25,1	17,9
Rondônia	39,5	24,9
Roraima	34,2	9,4
Santa Catarina	13,4	12,6
São Paulo	16,2	12,0
Sergipe	39,8	9,6
Tocantins	27,1	9,5

Fonte: IPEA³

³ Disponível em:
<https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/131119_tx_homicidio_uf.pdf>.

3. O RACISMO ENQUANTO CONCEITO E SEUS IMPACTOS

Racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes e inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencem (Almeida, 2019. p. 8).

O racismo, que é estrutural, institucional e individualista, não se revela apenas em violências concretas, como as mortes citadas por exemplo, mas ele é atuante principalmente na subjetividade (Almeida, 2019).

Explicando melhor esses desdobramentos conceituais de racismo, o racismo estrutural é um conceito complexo que descreve a maneira como as desigualdades raciais se manifestam de forma sistêmica e enraizada nas instituições, na política e práticas sociais de uma sociedade. Diferente do racismo individual, que envolve atitudes e ações discriminatórias de indivíduos, o racismo estrutural é uma forma mais sutil, mais subjetivo pois ele está entranhado em todos os setores da sociedade e age de forma discreta trazendo injustiças raciais, que perpetuam vantagens para um grupo racial, em detrimento de outros.

Na essência do racismo estrutural está a ideia de que as disparidades socioeconômicas, educacionais, de saúde e outras não são acidentais, mas sim o resultado de um sistema de estruturas que foram historicamente moldados para favorecer um determinado grupo, em detrimento de outros. Essas estruturas são frequentemente fundamentadas em preconceitos raciais profundos que datam de épocas como a escravidão, o colonialismo e a segregação racial. O racismo estrutural pode ser observado em vários setores sociais, como: educação, mercado de trabalho, saúde, justiça e habitação.

Focando na educação, que é o ponto principal do meu trabalho, o racismo estrutural se revela nesse setor social, pois historicamente o acesso ao direito educacional constituído por lei através da Constituição é negado para nós negros, desde o período da escravidão, onde os impactos são sentidos até hoje. Isso perpetua o ciclo de desvantagem econômica para grupos raciais marginalizados, e gera um ciclo vicioso que até hoje é sentido e perpetuado mantendo as desigualdades sociais e econômicas de um determinado grupo em detrimento de outro.

Já o racismo institucional se fundamenta porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos. No racismo institucional, o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder. Isso faz com que a cultura, os padrões

estéticos e as práticas de poder de um determinado grupo tornem-se o horizonte civilizatório do conjunto da sociedade. Assim, o domínio de homens brancos em instituições públicas – o legislativo, o judiciário, o ministério público, reitorias de universidades etc. – e instituições privadas – por exemplo, diretoria de empresas – depende, em primeiro lugar, da existência de regras e padrões que direta ou indiretamente dificultem a ascensão de negros e/ou mulheres, e, em segundo lugar, da inexistência de espaços em que se discuta a desigualdade racial e de gênero, naturalizando, assim, o domínio do grupo formado por homens brancos. [...] O racismo institucional se “origina na operação de forças estabelecidas e respeitadas na sociedade e, portanto, recebe muito menos condenação pública (Almeida, 2019, p. 27-29).

À exemplo, o racismo institucional se revela quando há mortes em massa de bebês negros por falta de comida adequada, abrigos e instalações médicas, e outros milhares são destruídos e mutilados física, emocional e intelectualmente por causa das condições de pobreza e discriminação na comunidade negra; ou quando mantém presos os negros em favelas dilapidadas, sujeitas às pressões diárias de exploradores, vítimas do poder paralelo e de violências por parte de criminosos, da polícia e de outros fatores sociais que vulnerabilizam este grupo social e economicamente (Almeida, 2019).

Por fim, o racismo individual, que conforme Almeida (2019, p. 29) consiste em atos evidentes de indivíduos, que causam morte, ferimentos ou a destruição violenta de propriedades. Este tipo pode ser gravado por câmeras de televisão; pode frequentemente ser observado no momento em que ocorre. Esse tipo de racismo refere-se a comportamentos preconceituosos que manifestam intolerância, estereótipos ou hostilidade em relação a grupos raciais específicos. Essas ações podem variar desde comentários ofensivos até discriminação ativa; além disso, o racismo individual não apenas perpetua estereótipos prejudiciais, mas também contribui para a divisão, injustiça e desigualdade social.

Existem inúmeros exemplos de racismo individual, e podemos listar alguns, como por exemplo, comentários ofensivos na forma de piadas, depreciações ou uma linguagem pejorativa; suspeitar de alguém ou tratar alguém mal ou de forma diferente com base na sua identidade racial; usar de agressão física ou verbal contra alguém com base na sua identidade racial; estereotipações injustas e/ou infames a alguém com base na sua identidade racial; entre outros. Todas essas formas de racismo são prejudiciais e ainda estão enraizadas na sociedade, trazendo mazelas de toda a sorte para a população negra causando impactos muitas vezes irreversíveis na vida de muitos negros brasileiros.

Há povos negros que ocuparam o Brasil foram trazidos escravizados, e por consequência foram então destituídos de seus nomes originais, suas línguas nativas, suas crenças, suas

famílias e de humanidade; e dentro da ideia de humanidade (conceito que faz parte da subjetividade humana) está a ideia de sonho, que também é abstrato. Tudo que faz parte da subjetividade humana, foi tirada dos negros escravizados (os mesmos eram considerados como mercadoria/objeto sem humanidade nenhuma) e toda essa problemática social foi se perpetuando ao longo dos anos pelas futuras gerações de negros (agora em diáspora) mesmo depois da abolição da escravidão, que precisavam lutar pela sobrevivência a partir de uma sociedade que não os via como mãos de obra que merecessem remuneração pelo trabalho, logo o trabalho era negado. Já foram apresentados indícios de uma série de incentivos de apagamento da população negra e consequente branqueamento da sociedade da época, que já possuía mais de 50% da população negra, a exemplo das chamadas aos imigrantes europeus.

Junto com a tão esperada liberdade dos cativos (liberdade essa sem nenhuma política de inserção dos negros recém libertos na sociedade), vem também a primeira das muitas desigualdades sociais que o povo negro sofreu e sofre até hoje como consequência histórica da escravização. Não há possibilidade de aventar sonhos para indivíduos que sequer tem a oportunidade de um trabalho digno, e todas essas questões que envolvem desigualdades e vulnerabilidades sociais e que são refletidas até hoje. “O racismo fornece o sentido, a lógica e a tecnologia para reprodução das formas de desigualdade e violência que moldam a vida social contemporânea” (Almeida, 2019. p. 2).

Como jovem negro, eu certamente que fui e sou atravessado por todas essas formas de racismo (até mesmo sem perceber), porque nada blinda preto de racismo. Na minha trajetória (tanto na vida, quanto na universidade) é fácil identificar todas essas sofisticadas formas de como o racismo se apresenta. Em primeiro lugar de forma histórica, pois eu sofro os reflexos da desigualdade racial que iniciou no Brasil desde a escravidão, com todas as barreiras que o próprio Estado criou para a subsistência dos povos africanos em diáspora, como acesso a terras, acesso a escola, acesso a moradia, acesso a lazer, acesso a oportunidades melhores de trabalho e renda, em suma; acesso ao mínimo de dignidade que um ser humano precisa para se desenvolver e viver em sociedade.

Pela falta de referências negras em lugares de poder eu nunca me enxerguei tendo a possibilidade de alcançar esses lugares, porque o que eu entendia (através do meu pai negro e de outros familiares negros) era o lugar de subserviência, a posição servil, esse lugar de empregado e nunca o de patrão; eu só entendia que poderia “subir” na vida através de muito

trabalho e esforço, mesmo com meu pai como maior exemplo, trabalhando exaustivamente e não conseguindo “subir na vida”.

O racismo impõe sentidos que limitam as trajetórias de pessoas pretas, e eu me via nesse lugar quando me enxergava apenas como sendo um empregado e não como patrão no meu futuro, quando só me via trabalhando para alcançar meus objetivos, porque só através do trabalho e com muito esforço eu conseguiria essa ascensão econômica que faz parte da ideologia meritocrática, mas que não é a realidade para pessoas pretas, visto que como exemplo o meu pai que trabalha a vida inteira não alcançou metade dos seus sonhos.

O sentido do racismo é que pessoas pretas só enxerguem o trabalho como braçal e o trabalho menos valorizado como formas de sobrevivência (como aconteceu na escravidão), pois é dessa forma que a ideologia racista se estrutura; e era dessa forma que eu me enxergava e muitas vezes luto ainda para não enxergar, pois uma das tecnologias mais sofisticadas do racismo é trabalhar na subjetividade da mente humana para moldar os pensamentos a fim de que pessoas brancas entendam nosso lugar apenas no lugar de subserviência e nós negros nos enxerguemos também apenas este lugar para nós. E era dessa forma que eu me enxergava, apesar do meu pai trabalhar muito para que eu estudasse em boas escolas para que eu tivesse um futuro melhor que o dele, eu não entendia que eu poderia fazer faculdade, que eu poderia ter um diploma de curso superior; essa possibilidade não existia para mim.

Essa minha mudança de pensamentos só ocorre quando eu ingresso no IFRJ, e em contato com uma estrutura educacional que expande meus horizontes é que eu vejo que há a possibilidade de eu poder cursar nível superior, que eu não precisaria só trabalhar (mesmo que o meu objetivo fosse ingressar nesta escola para me formar com um diploma profissional e finalmente ingressar no mercado de trabalho e cumprir assim as expectativas que me eram impostas enquanto pessoa negra), que eu também poderia ter um diploma de ensino superior e sonhar com lugares mais altos; mas mesmo assim meu sonho inicial que era ser médico jamais poderia se cumprir pois eu cresci com a máxima de que um curso de medicina era muito caro, e mesmo já na escola técnica, que até em universidades públicas o curso também era caro pelos outros gastos relacionados ao curso.

Agora, como aluno da UFRJ, no curso de Licenciatura, incontáveis vezes eu me peguei nas aulas me questionando o que eu estava fazendo ali, que aquilo não era pra mim, que eu não deveria estar ali porque era olhar ao redor e não ver nem 10% da turma de pessoas negras, era olhar pros professores e não ter um professor negro sequer, era me pegar dormindo em muitas

aulas pelo cansaço da jornada dupla, pois já estava vindo de uma rotina pesada de trabalho e receber um olhar de reprovação de alguns professores que não compreendem o que é precisar trabalhar para estudar; era me questionar do porque estar ali se por mais que eu me esforçasse eu não tinha o tempo hábil para estudar, por mais que eu me esforçasse o dobro dos meus colegas que não trabalhavam, eu não conseguia alcançar a média nas provas por falta de tempo de estudo, por não conseguir prestar tanta atenção nas aulas pelo sono que me tomava e eu já perdi as contas de quantas vezes eu pensei em trancar o curso porque aquilo não era pra mim, que eu não deveria passar por toda essa dificuldade, ou que esse esforço não valeria a pena no final, que eu nadaria e morreria na praia, que eu não iria conseguir concluir, não teria forças. Eu sentia que tudo me empurrava para desistir, principalmente porque eu fui criado e ensinado que precisava ser o melhor em tudo, porque para ser negro nesse país era eu precisar ser o melhor em tudo porque só sendo o nº 1 eu poderia ter alguma chance; porque se muitas vezes eu não conseguia nem estar acordado e atento aos conteúdos, que chances eu teria para entender os conteúdos e conseguir concluir as disciplinas? Eu me sentia completamente incapaz, muitas vezes sem perspectivas e muitas vezes eu não via sentido de me manter ali naquele espaço, não era para mim.

Eu posso fechar meus olhos e ouvir a voz do meu pai dizendo estas palavras, durante toda a minha vida, então quando eu estava no curso da universidade essas palavras ecoavam na minha mente quase que todos os dias, principalmente nos dias de provas, testes, avaliações e toda essa cobrança quase me fez muitas vezes desistir, por eu achar que aquele caminho, que este lugar, que a UFRJ, que ocupar este espaço não era pra mim, não pra uma pessoa preta que precisava trabalhar para ajudar a sustentar a casa e estudar. O racismo impõe sentidos que limitam as trajetórias de pessoas pretas; quase me limitou a não permanecer e concluir o curso.

Seguindo essa linha histórica desde a escravização de povos africanos, passando pela abolição da mesma até os dias atuais em que o racismo se estabelece como protagonista da divisão de pessoas pretas e pessoas brancas em relação de poder e privilégio para pessoas brancas e subalternidade e limitação de acessos para pessoas pretas e traz como consequência dessa ideologia racista a vulnerabilidade, desigualdade e violências para os corpos pretos (Almeida 2019), encontro eu, um jovem negro que mesmo depois de mais de 100 anos pós abolição da escravidão também sou impedido de sonhar. Esse sonho que é dito repetidas vezes é a na verdade a ideia de uma realização de vida, de perspectivas melhores, mas que não é

realidade de pessoas pretas, que precisam deixar seus ideais, seus sonhos de lado para dar lugar a necessidade maior do ser humano, que é a sobrevivência.

Não há subsídios para que se tenha bases para que pessoas negras possam realizar seus sonhos, por todas as consequências que o racismo trouxe para esse grupo minoritário socialmente, e partindo do pressuposto que sonho é uma ferramenta de projeção de um ideal para o futuro de um indivíduo, que é inerente a todo ser humano, esse impedimento de que pessoas pretas fiquem impedidas de projetar seus futuros pela necessidade de focarem em outras necessidades mais urgentes, caracteriza um processo de desumanização, que antecede até mesmo as práticas discriminatórias e é uma máxima do racismo (Almeida, 2019).

A minha trajetória na UFRJ foi iniciada pelo sonho de cursar medicina que foi logo impedido pela necessidade maior de sobrevivência. Com pais recém divorciados, minha mãe demitida do seu emprego formal e com problemas de saúde que a impediam de voltar ao mercado formal de trabalho num primeiro momento (além de estar com uma idade de difícil reinserção nas atividades trabalhistas), restou para mim, o filho mais velho e recém formado no IFRJ como técnico em química a tomar as “rédeas da casa”, deixar meu sonho de lado e trabalhar para ajudar no sustento domiciliar; uma realidade de milhares de jovens negros que precisam abdicar de seus sonhos mais profundos .

Sempre gostei de química pela facilidade que sempre tive com a disciplina; e quando entrei na escola técnica esse gosto só se consolidou, mas não era meu sonho primário me graduar neste curso. Embora este pareça ser o caminho mais óbvio depois que se ingressa no IFRJ (por ser uma instituição de referência na área da química), eu acabei me enveredando por essa obviedade do “fluxo natural”, então depois de me formar e perceber que eu não teria subsídios para realizar meu sonho de trajetória de vida na UFRJ, decido então cursar Licenciatura em Química na UFRJ. Como, por falta de alicerces básicos, eu precisei escolher entre o meu sustento e o da minha família (através de mim) ou o meu sonho, eu escolhi a primeira opção.

Uma pesquisa realizada entre os anos de 2011 e 2013 que traçava o perfil e as perspectivas dos estudantes de Licenciatura em Química de algumas universidades públicas brasileiras mostrou que 63% dos ingressantes tinham 20 anos de idade, que 79% deles eram solteiros, que 68% fizeram todo o ensino médio em escolas públicas, 55% fizeram curso preparatório para o vestibular. Nesta pesquisa, revelou-se que no ano de 2011 mais da metade dos estudantes trabalhavam e mais de 80% dos formandos possuíam bolsa (Milaré; Weinert,

2016). A pesquisa ainda revela a dificuldade dos alunos trabalhadores em se manter no curso e que esse número de estudantes que trabalham cai no período de Estágio Supervisionado e o estágio pode ser um dos motivos para que haja essa diminuição no número de estudantes trabalhadores.

Nessa pesquisa posso observar muitos pontos de semelhança com a minha história. Em primeiro lugar por ser uma pesquisa recente e próxima do ano do meu ingresso na UFRJ, pela idade dos alunos ingressantes ser bem próxima à minha, pela maioria dos estudantes serem solteiros e principalmente pela maioria ter feito ensino médio em escolas públicas (assim como eu) e por principalmente trabalharem.

Muito da minha realidade foi apresentada nesta pesquisa, pois estes estudantes são de classe média, solteiros com a idade em torno de 20 anos, oriundos de escola pública e que trabalham ou para se manter ou para manterem suas famílias e escolheram o curso porque era noturno (que também foi a minha opção), sugerindo que a escolha deste curso foi não só pelo turno, mas porque precisavam continuar trabalhando para a manutenção financeira deles e de suas famílias, pois 53% dos alunos entrevistados escolheram o curso porque era noturno. Infelizmente o horário de curso é um fator determinante para quem trabalha, pois se a pessoa não dispõe de outra renda, ou precisa trabalhar para se sustentar e não pode abrir mão desta atividade, ela fica refém dos cursos que são ofertados e acaba por se adaptar a algum curso que se encaixe neste horário. O ponto de diferença é que os estudantes entrevistados na pesquisa deixaram de trabalhar pelo estágio supervisionado e este foi um privilégio que eu não pude gozar, pois não existia a menor possibilidade de eu parar de trabalhar, pois o meu emprego era fundamental para o sustento doméstico.

Além disso, tive o privilégio de realizar o estágio supervisionado no período da pandemia de forma remota, o que me ajudou pois eu não precisei optar por trabalhar ou estagiar e pude concluir também esta etapa do curso sem este conflito de horários que provavelmente me impediria de concluir no tempo o estágio no tempo que eu concluí e certamente me trariam problemas pelo conflito de horários e me atrasaria ainda mais.

Mas o que essa pesquisa traz de interessante são as grandes semelhanças entre os estudantes de Licenciatura em Química, pois esta pesquisa foi realizada com diversas instituições públicas brasileiras e mostra que a necessidade por trabalhar e estudar para manter a família ou mesmo se manter é comum entre a maioria (inclusive comigo), que a escolha pelo curso noturno (por ser noturno) é comum porque há essa necessidade de precisar trabalhar para

se sustentar e/ou sustentar a família junto a vontade de estudar para alcançar melhores lugares socioeconômicos e que o conflito de horários do estágio também é comum, o que deveria ser repensado para que os estudantes trabalhadores (que são os estudantes que buscam o curso noturno) possam realizar todas as etapas do curso sem os entraves de horário que a faculdade apresenta muitas vezes e que nos impede de avançar na conclusão do curso. E todas essas questões também me atravessam.

4. PROCESSOS DE RESSIGNIFICAÇÃO

Embora possa parecer, não sou frustrado, pois além de ter me encontrado nesta profissão (embora só percebi isso ao longo da graduação), eu também ingressara num curso que eu tenho afinidade, que gosto e que eu sei que poderia me projetar para um futuro melhor (o desejo de qualquer pessoa, sobretudo de pessoas negras que sofrem toda a sorte de desigualdades), além de ser o tal “fluxo natural” dito anteriormente da minha carreira, tendo estudado no IFRJ; além do que estudar na UFRJ sempre foi um grande sonho para mim (inicialmente não no curso de Química, mas sempre quis o diploma pela UFRJ), o que também é de milhares de jovens; e mesmo não estando no curso de Medicina, já me considerava realizado e satisfeito por ter essa segunda opção de carreira em que eu estava confortável de seguir.

Nas imagens que seguem abaixo eu posso mostrar o quanto me sinto satisfeito em ser professor. Iniciando como estagiário e após esse período, já com oportunidades de lecionar e ser convidado pela escola para falar sobre questões raciais para os alunos, eu percebo o quanto sou pleno em sala de aula e o quanto me é satisfatório ver a transformação de um aluno que inicia o aprendizado com uma certa resistência da disciplina de química e que ao longo das aulas o mesmo aluno vai criando interesse, motivação em aprender e que nesse processo também tem a minha contribuição.

Figura 3 – Aula de modelos atômicos (estágio)



Fonte: Acervo pessoal

Figura 4 – Palestra sobre o dia internacional contra a discriminação racial



Fonte: Acervo pessoal

Destaco em especial esta outra foto abaixo de quando fui para falar sobre ciência e química convidado numa Organização Não Governamental (ONG) de crianças majoritariamente negras, onde trouxe reflexões sobre empoderamento racial, autoestima, ciência e química; e como resultado mais do que satisfatório recebi destas mesmas crianças a motivação por quererem estudar, pela curiosidade científica o que me trouxa enorme satisfação em poder transmitir para os meus pares ensinamento, novas perspectivas e um outro olhar, uma outra possibilidade de futuro através da educação.

Figura 5 – Aula sobre ciência e ensino de química



Fonte: Acervo pessoal

Vale lembrar que além de ser um sonho estudar na UFRJ, a minha única opção era estudar numa universidade pública, pois eu jamais teria condições de custear uma universidade particular. Não que fosse meu desejo, mas também poderia ser uma opção que não existia para mim. Mais uma vez o racismo se mostra neste contexto, porque custear um ensino superior de qualidade e particular não é uma opção de pessoas negras pela vulnerabilização histórica deste grupo. O racismo também aparece neste contexto, porque ter a opção de realizar um curso superior particular é privilégio que não contempla a maioria da população do país, que é a população negra, como mostra o IBGE de 2022. Segundo esses dados, 56,1% da população brasileira eram de pessoas negras (pretas e pardas) e a “taxa de desocupação, que representa a proporção de pessoas desocupadas sobre a força de trabalho chegou a 64% nessa mesma população negra” (IBGE, 2022, p. 3). Esses números deixam claro a péssima situação econômica da população negra e que conseqüentemente não pode dispor de cursar o nível superior de forma paga.

Entendendo que racismo também se manifesta em um sistema de desvantagens e privilégios para indivíduos dependendo do grupo racial ao qual pertencem (Almeida, 2019), é possível também entendermos o porquê é tão difícil pessoas negras conseguirem ingressar no ensino superior e alcançarem lugares de poder.

Ingressando na UFRJ me deparei com uma infeliz surpresa: não tinham professores negros no meu curso. Eu que já entrei no curso ansiando e vislumbrando a minha formatura, meu Trabalho de Conclusão de Curso sendo orientado por um professor negro; fui frustrado naquele momento. A UFRJ, universidade de grande relevância, uma das maiores do país também se mostrava uma das mais racistas. Como numa universidade centenária como esta não há nem 10 professores negros? Como numa universidade centenária como essa nenhum dos professores eméritos é um professor negro, se desde a abolição da escravidão no Brasil a população negra é mais de 50% de toda a população brasileira? Neste momento da minha trajetória, no início da minha graduação eu me fiz estas perguntas, buscando respostas e acessando o sítio eletrônico do Instituto de Química (IQ) da UFRJ é possível confirmar esta triste realidade porque lá estão discriminados todos os professores do IQ e não contabilizamos 10 professores negros em todo o corpo docente e destes poucos, eu não tive acesso a nenhum deles durante o curso, não tive aula com nenhum deles. Como resposta a essas minhas perguntas, eu recorro a explicação para essa triste realidade ao racismo estrutural, que pode ser definido como um “processo histórico em que condições de desvantagens e privilégios a determinados grupos étnico-raciais são reproduzidos nos âmbitos políticos, econômicos, culturais e até mesmo nas relações cotidianas”⁴.

Uma manifestação prática dessa estrutura é observada no baixo número de professores negros dentro do IQ, de uma universidade com mais de 100 anos de história e “a primeira instituição oficial de ensino superior do país”.⁵ Isso sugere muito do quão intimidador pode ser para um aluno negro ao ingressar nesta universidade, o quão intimidador foi pra mim foi ingressar na faculdade e não me ver representado em nenhum professor, não ter referências de que eu poderia dar certo, de que eu poderia até se quisesse ser um professor universitário no

⁴ RACISMO. CAOP Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial. Ministério Público do Paraná (MPPR). Disponível em: <[https://site.mppr.mp.br/nupier/Pagina/Racismo#:~:text=Racismo%20institucional%20%C3%A9%20qualquer%20sistema,universidades%20\(p%C3%BAblicas%20ou%20particular\)>](https://site.mppr.mp.br/nupier/Pagina/Racismo#:~:text=Racismo%20institucional%20%C3%A9%20qualquer%20sistema,universidades%20(p%C3%BAblicas%20ou%20particular)>)>. Acesso em: 02 nov. 2023.

⁵ FATOS e números, Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), 14 abril 2022. Disponível em: <<https://ufrj.br/acesso-a-informacao/institucional/fatos-e-numeros/#:~:text=Atualizado%20em%2014%2F4%2F2022,organizada%20como%20universidade%20em%201920>>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

futuro, enfim. De me enxergar como um igual num ambiente majoritariamente branco que me intimidava e muitas vezes não me fazia me sentir pertencente aquele espaço ou ainda que eu devesse estar ali.

Ainda sob a perspectiva dos efeitos que o racismo se apresenta e resulta no baixo número de professores negros do IQ, podemos perceber que “a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou de indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque as instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos” (Almeida, 2019. p. 13).

O processo histórico de escravização e o pós-abolição da escravidão no país e todas as políticas públicas que impediam o desenvolvimento da população negra e a inserção digna na sociedade desta mesma população, sugere um projeto do Estado de extinção dos negros neste país, e portanto, justifica a baixa escolaridade histórica dos negros no Brasil, por exemplo. E essa baixa escolaridade histórica então, justifica o tão baixo número de professores negros no IQ-UFRJ já que este cargo exige não só o ensino superior, como também títulos de mestrado e doutorado. E se ainda é difícil ter negros com diploma de ensino superior, mais difícil ainda é ter negros com títulos para estarem aptos a disputar as vagas de professores universitários.

O grande legado da escravização dos povos negros, foi o racismo, que criou essa distinção, essa desigualdade entre pessoas brancas e pessoas pretas e como consequência, observamos ao longo da história, que essa desigualdade racial criada pelo racismo foi endossada pelo próprio Estado, através de Leis (pós-abolição da escravidão) de incentivo a imigração de pessoas brancas para o trabalho formal, incentivo de pessoas brancas à posse de terras, incentivos de pessoas brancas ao ingresso em universidades, o direito apenas de pessoas brancas ao voto. Em contrapartida, a população negra foi sendo esquecida e ainda mais desvalorizada pelo Estado desde a Lei Áurea (lei em que não há nenhuma medida de reparação e inserção na sociedade dos negros recém libertos) até a contemporaneidade, onde mesmo com algumas medidas de reparação ainda é notória que uma grande parcela da população negra sofre os reflexos da escravização e da omissão do Estado.

O racismo pode se mostrar em três principais concepções, e quando falamos da UFRJ enquanto uma instituição de ensino superior, observamos então o que é chamado de racismo institucional que traz em sua classificação o critério de relação entre racismo e Estado (Almeida, 2019). Entendendo que as instituições são modos de orientação, rotinização e coordenação de

comportamentos que tanto orientam a ação social como a tornam normalmente possíveis e também a materialização das determinações formais da vida social, podemos concluir que as instituições, como parte da sociedade, também carregam em si conflitos existentes na sociedade. Em outras palavras, “as instituições também são atravessadas internamente por lutas entre indivíduos e grupos que querem assumir o controle da instituição” (Almeida, 2019. p. 12-13).

A existência do racismo institucional se afirma pelos conflitos raciais que também são parte das instituições, “assim, a desigualdade racial é uma característica da sociedade não apenas por causa da ação isolada de grupos ou indivíduos racistas, mas fundamentalmente porque instituições são hegemônicas por determinados grupos raciais que utilizam mecanismos institucionais para impor seus interesses políticos e econômicos.” (Almeida, 2019. p. 13). Esses mecanismos podem se apresentar de diversas formas, por muitas vezes sutil e sistêmico. E durante a minha trajetória percebi alguns mecanismos como a falta de diversidade (já mencionada anteriormente), como a ausência de uma representação significativa de professores negros no IQ-UFRJ, e até mesmo uma representação significativa de técnicos-administrativos e dos próprios estudantes negros, que em relação aos brancos era visivelmente um número menor, tanto no meu semestre de ingresso quanto os posteriores.

Outro mecanismo é a educação eurocêntrica, com um currículo que privilegia predominantemente perspectivas eurocêntricas, ignorando contribuições africanas, num conteúdo engessado e que não se dispõe a perceber as outras contribuições como se a ciência só existisse no pós Renascimento.

Lembro-me de cursar uma disciplina chamada Evolução da Química, que tratava da história da ciência, dos filósofos e pensadores da Antiguidade terminando com a Química no Brasil, mas em nenhum momento foi estudado a história da ciência em África, onde a vida na Terra começou, e suas civilizações antigas que detinham conhecimentos profundos da ciência principalmente em Kemet (antigo Egito), de onde vieram contribuições importantes como o processo de mumificação, onde usavam substâncias químicas para conservação dos corpos, preparo e uso de cosméticos, ajustes de pH para preparo destes produtos, criação da cerveja e suas diversidades, formas de higiene que garantiram a permanência deste povo por séculos como um símbolo de força e soberania, entre outras contribuições, que jamais foram mencionadas nesta disciplina.

Essa seria uma ótima oportunidade de desmistificar a ideia racista de que ciência tenha começado na Europa; onde já é sabido hoje que em Kemet já existiam universidades e que os gregos viajavam ao Egito para estudar e com o intuito de aprender, e assim foram muitos filósofos e poetas gregos (Moraes, 2019), desmistificando assim a ideia de que a ciência começara na Europa. Porém, nada disso foi discutido, o que só reforça essa ideia de racismo institucional, e que torna o ambiente ainda mais hostil para nós negros dentro da Instituição (outro mecanismo que pode ser usado pelo racismo institucional) porque, desta forma, também não nos enxergamos nem na história da ciência, com nenhuma contribuição mesmo que não fosse significativa, o que não é verdade (segundo a ementa vigente desta disciplina que é uma das disciplinas onde há todas as condições de se estudar todas essas contribuições do povo negro para a ciência como as contribuições mencionadas acima).

Isso também se torna prejudicial para nossa formação enquanto professores, que também é um dos propósitos do curso, pois o entendimento de que a ciência se iniciou no Antigo Egito, em África, abre oportunidades de estudos para uma educação antirracista, mostrando que o povo negro não serviu apenas como mão-de-obra escravizada, mas que deu início a tudo que conhecemos hoje como ciência, além da ampliação de um repertório pedagógico para as futuras aulas dos futuros professores ali em formação. Desta forma, a UFRJ enquanto uma instituição de ensino superior, e, portanto, uma instituição constituída a partir dos moldes formais da vida social, também reproduz o racismo de forma institucional.

De acordo com levantamento a partir do Censo do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) de 2019 identificou que 15,8% dos professores das universidades federais são negros(as) (Conexão UFRJ, 2021). Em novembro de 2020, professores negros e negras da UFRJ se mobilizaram a fim de reunirem-se e criar um coletivo negro de docentes, com a finalidade também de realizar um mapeamento étnico-racial para identificar a distribuição de docentes negros(as)/indígenas entre as diferentes unidades da UFRJ (Almeida, 2021).

Trazendo essa discussão para o recorte da UFRJ, tendo como base a pesquisa realizada pelo Inep e a mobilização dos docentes da UFRJ para se reunirem e se “acharem” dentro da universidade, só corroboram a baixíssima quantidade de negros ocupando cargos de relevância dentro das instituições de ensino superior deste país, e dentro da UFRJ por consequência, pois a porcentagem desta pesquisa realizada está identificando a porcentagem de docentes de todas as universidades federais do Brasil. Estima-se que pouco mais de 650 professores da UFRJ

sejam negros, num total de mais de 4 mil docentes de toda a instituição, e esse dado é um indício de que no caso do racismo institucional, “o domínio se dá com o estabelecimento de parâmetros discriminatórios baseados na raça, que servem para manter a hegemonia do grupo racial no poder” (Almeida, 2019. p. 13).

Não necessariamente esses parâmetros discriminatórios se revelam na seleção dos professores; mas se for, torna-se óbvio inferir que a falta de professores negros na UFRJ também pode se dar no momento da seleção dos professores, afinal a avaliação é feita por uma banca, que é composta por outros professores já permanentes da própria instituição, e pode sim ser influenciada pela ideologia racista e desta forma pode-se perceber o racismo estrutural e institucional na sua forma mais nítida. Mas se não for por esse motivo, essa discriminação pode ocorrer pela falta de acesso a pessoas negras ao ensino superior, que conseqüentemente as impedem de ocuparem os lugares acadêmicos que lhe são devidos, porém negados desde o Brasil colônia.

A partir dessa reflexão podemos conceber que está presente na UFRJ a concepção institucional do racismo, pois uma universidade pública de ensino superior e centenária ainda reproduz as desigualdades raciais históricas que se refletem até hoje onde pessoas negras não ocupam lugares de poder e prestígio pela falta de oportunidades de acesso. Além do que a figura de um professor negro me traria representatividade. Mas também não posso ser leviano em dizer que não há uma mudança acontecendo na UFRJ, mesmo que a passos curtos.

Ao longo dos últimos anos percebe-se movimentos para que esse processo venha mudando, pois desde que ingressei na UFRJ, percebi a faculdade com a presença de mais pessoas pretas; percebi que nos eventos da universidade foi aumentando o número de discussões étnico-raciais nas mesas redondas, houve a criação do comitê de fraudes das cotas raciais, e desde 2019 e 2020 houve uma fiscalização mais incisiva no que diz respeito às cotas raciais e que de fato sejam pessoas que estejam gozando desse direito. Não há dúvidas de que a representatividade é um passo importante na luta contra o racismo e outras formas de discriminação, e há excelentes motivos para defendê-la.

De acordo com Almeida (2019),

a representatividade pode ter dois efeitos importantes no combate à discriminação: propiciar a abertura de um espaço político para que as reivindicações das minorias possam ser repercutidas, especialmente quando a liderança conquistada for resultado de um projeto político coletivo e dismantelar as narrativas discriminatórias que sempre colocam minorias em locais de subalternidade (Almeida, 2019, p. 55).

A representatividade não é uma reconfiguração das relações de poder que mantém a desigualdade, ela é uma conquista; fruto de anos de lutas políticas e do convencimento das instituições através dos movimentos sociais. A representatividade é, portanto, sempre institucional (Almeida, 2019).

Representatividade é a capacidade de representar e refletir os interesses daqueles que são representados. Este conceito é importante para qualquer grupo social, mas é particularmente significativa para pessoas negras, pois elas são historicamente sub-representadas em praticamente todas as áreas da vida. Representatividade fornece um exemplo e um meio para que as pessoas negras façam parte do diálogo e do processo de tomada de decisão. Representatividade permite que as pessoas negras se vejam, se sintam incluídas e, acima de tudo, se sintam vistas. Também permite que as pessoas negras sejam consideradas como indivíduos em vez de serem tratadas como um grupo homogêneo. E por fim, representatividade também ajuda a combater o racismo, pois ajuda a desconstruir estereótipos e preconceitos.

No contexto da importância da representatividade (trazido acima) de um professor negro para mim, um jovem discente negro, recém-chegado na universidade significava ter um modelo de sucesso que compartilha de sua herança cultural e experiências de vida. Um ser em que eu poderia me inspirar, que certamente entenderia minhas angústias dentro do processo em curso da graduação, dos anseios e da postura de um professor negro em sala de aula, ou até mesmo de poder me enxergar almejando a posição de um professor universitário futuramente; é me enxergar com sentimento de pertencimento daquele ambiente que parece rejeitar pessoas negras pelo simples fato de que já não há muitos semelhantes nem no banco dos alunos.

Na minha turma de quarenta ingressantes no curso de Licenciatura em Química, talvez dez alunos eram negros.

Figura 6 – Turma (incompleta) de calouros de Licenciatura em Química



Fonte: Acervo pessoal

Nessa imagem da minha turma (incompleta), podemos perceber todos os questionamentos que faço ao longo deste trabalho e dialoga muito bem com a pesquisa apresentada aqui também sobre o perfil dos estudantes de química. Mesmo com a turma incompleta, podemos perceber que não temos muitos alunos negros na turma (e os alunos negros eram somente esses que estão na foto), e desta parte da turma na foto, que possui doze integrantes, exatamente a metade trabalhava; mostrando que a minha narrativa, que é individual, retrata de fato uma problemática sistêmica e uma realidade que não é só minha, mas de muitos outros licenciandos de universidades públicas pelo país.

Ter um professor universitário negro para um aluno negro universitário como eu significa que o aluno pode ter acesso a mentoria e orientação de alguém que compartilha a mesma identidade, que era exatamente o que buscava já no início da graduação, porque mesmo no início eu já vislumbrava meu término de curso e me daria o prazer de ser orientado por um semelhante. Certamente no momento inicial da minha graduação, ver um professor negro já me traria um nível de segurança e confiança que é difícil de encontrar em outras configurações,

pois em sua maioria são brancas. Além disso, um professor negro poderia compartilhar sua própria experiência como aluno negro universitário, como eu, me dando conselhos e recursos para me ajudar a navegar com sucesso pela universidade.

5. DESAFIOS AO LONGO DO CAMINHO

Integração acadêmica e social são fatores que interferem diretamente na adaptação dos alunos de ensino superior ao ambiente acadêmico (Teixeira *et al.*, 2012). Inclinando a esta reflexão pela ótica da minha graduação deparo-me com a dificuldade da ambientação com o meu curso, pois essa integração para quem é aluno de graduação noturna se torna difícil por muitos obstáculos.

A transição do ensino médio para o ensino superior é um evento que poderá ter efeitos significativos no crescimento psicológico dos jovens estudantes. No entanto, nem sempre a profissão escolhida possui um caráter central na constituição da identidade de calouros universitários. Para alguns, o simples fato de ingressar no ensino superior e identificar-se como estudante universitário parece ser um aspecto mais saliente do que a própria profissão (ou curso) em si, pois a experiência universitária não se resume à formação profissional. A entrada na universidade implica uma série de transformações nas redes de amizade e de apoio social dos jovens estudantes (Teixeira *et al.*, 2012, p. 71).

Vale lembrar que é de conhecimento geral que todo curso de ensino superior público reserva a primeira semana das aulas regulares para a famosa “semana do trote” (não que este evento seja regulamentado em calendário oficial, mas é um evento permitido), que é a recepção dos alunos novos, os calouros, ao curso pelos alunos antigos, os veteranos; e este momento é de grande importância, porque é durante essa semana que os calouros são apresentados ao curso, tem a oportunidade de conhecerem seus veteranos, os outros colegas de curso e criar vínculos tanto com os colegas de sala de aula quanto com os veteranos e ao mesmo tempo criar laços afetivos com os outros colegas recém-chegados que se refletem durante todo o curso, além de reforçar o sentido de pertencimento do lugar que estão ocupando tanto fisicamente quanto intelectualmente.

Mesmo eu sendo um aluno oriundo de uma escola pública federal, na UFRJ foi difícil até eu entender o real sentido do meu pertencimento daquele lugar, majoritariamente branco. Em muitos momentos me peguei pensando se realmente ali era o meu lugar, que aquilo fazia sentido para mim. E creio que a semana de integração é importante para corroborar o sentido de pertencimento daquele lugar que eu conquistei através de um processo seletivo muito difícil quanto o vestibular pelo Exame Nacional do Ensino Médio, o ENEM. Claro que a representatividade é de extrema importância, principalmente para reforçar o sentimento de

pertencimento daquele espaço acadêmico que é ocupado em sua maioria por pessoas brancas, elitistas; onde pessoas pretas em sua maioria ocupam o lugar de subserviência, mas os laços afetivos também criados com os colegas de turma, colegas de curso também colaboram para a sensação de pertencimento além da manutenção da ideia de cooperação que existe entre os alunos de um curso noturno, onde a maioria dos estudantes estudam a noite porque precisam trabalhar.

Quando ingressei, ingressaram comigo um ou dois alunos pretos e eu que sempre chegava no horário da aula demorei a criar vínculos com os colegas, com os veteranos e não só no começo do curso, mas alguns semestres posteriores me senti só e sem referências, o que muitas vezes me desmotivava em querer prosseguir no curso, pois o curso em si já difícil e somando o fato de chegar à universidade vindo de uma carga de trabalho e ainda me sentindo só, é psicologicamente muito desmotivante. Essa solidão de pessoas pretas em espaços que aparentemente não nos pertencem é real extremamente prejudicial, e eu pude constatar isso empiricamente, porque depois de alguns semestres eu fui conhecendo outras pessoas pretas, suas histórias de vida e observando que as mesmas dores que eu passava elas também passavam, e todas as sensações descritas acima, elas também tinham: nós éramos semelhantes nesse lugar de dor confusão mental; e dentro desse lugar de não pertencimento e dor, nós nos fortalecíamos.

Outro grande desafio enfrentado durante toda a graduação era trabalhar e estudar; sobretudo com a dificuldade de acesso, permanência, locomoção, segurança, xerox e conveniência no campus que é muito escasso.

Em primeiro lugar, começemos a aprofundar o histórico do ensino superior noturno no Brasil. É importante destacar que o ingresso ao ensino superior na modalidade noturna abriu de forma extremamente significativa o acesso à classe trabalhadora ao tão sonhado diploma de nível superior, que de outra forma que não fosse pela modalidade noturna, seria impossível já que a maior parte da população precisa trabalhar para manutenção de sua própria subsistência e muitas vezes de seus próprios familiares; pois muitos são o pilar financeiro de suas famílias; além do que o ingresso ao ensino superior traz a ideia de ascensão social e financeira, que é o desejo da população que sustenta a base da pirâmide econômica do país e é a engrenagem trabalhadora que faz a economia do Brasil girar e avançar.

A abertura de cursos superiores noturnos, na segunda metade do século XX, mais precisamente nos anos 1960, proporcionou aos estudantes trabalhadores e trabalhadores estudantes a possibilidade de frequentarem o Ensino Superior. Essa foi uma conquista que se

adquiriu de forma gradativa, a partir de pressões populares que exigiam direito à educação. De acordo com Maranhão e Veras (2017),

embora os cursos superiores noturnos datem dos anos 1960, muitas instituições de ensino levaram mais de uma década para se democratizarem, tanto para abertura de cursos quanto para o atendimento às classes trabalhadoras. Somente em 1996, com o advento da Lei no 9.394, de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, houve a regulamentação da oferta de cursos noturnos nas instituições públicas de Ensino Superior (Maranhão; Veras, 2017, p. 554).

É importante frisar que segundo a Constituição Federal Brasileira de 1988, a educação é um direito de todos e dever do Estado (BRASIL, 1988), porém os direitos da população muitas vezes precisaram ser reivindicados para que fossem cumpridos, mesmo que estes fossem explícitos em Lei, como o direito a educação; sobretudo para pessoas pretas como eu, em que esse direito mínimo como cidadão foi negado desde o pós, o que dificultou mais ainda o acesso ao ensino superior desta grande parcela da população brasileira.

No Brasil, a mobilidade social de uma família na pobreza para uma renda média pode demorar até nove gerações⁶, e dentro dessa estatística cruel as famílias negras certamente são protagonistas pelo histórico social deste grupo; o que mais uma vez corrobora com o discurso de desigualdade social que atravessa as pessoas negras desde o período pós abolição.

Tendo por base, a breve contextualização sobre o ensino superior noturno no Brasil, torna-se importante a discussão sobre a relação entre o diploma e a ascensão social, percebendo as perspectivas e possibilidades que os estudantes trabalhadores têm de acessar e realizar um curso superior de qualidade. (Oliveira; Bittar; Lemos, 2010, p. 248).

Obviamente que eu também, um recém graduando negro de posição social não privilegiada também desejava com a graduação ascender socioeconomicamente, já que esse processo

“ocorre porque historicamente o ensino superior está associado ao imaginário da mobilidade e ascensão social, o que faz com que as famílias e os jovens das camadas menos favorecidas façam um esforço financeiro muito grande para assegurar que pelo menos alguns jovens possam romper o ciclo vicioso da posição de classe e de exclusão social, acreditando que o diploma lhes trará oportunidades de ingresso e permanência

⁶ Um elevador social quebrado? Como promover a mobilidade social. Como o Brasil compara? OECD, 15 junho 2018. Disponível em: <<https://www.oecd.org/brazil/social-mobility-2018-BRA-PT.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.

no mercado de trabalho, bem como uma melhoria significativa do poder aquisitivo (Oliveira; Bittar; Lemos, 2010, p. 249-250).

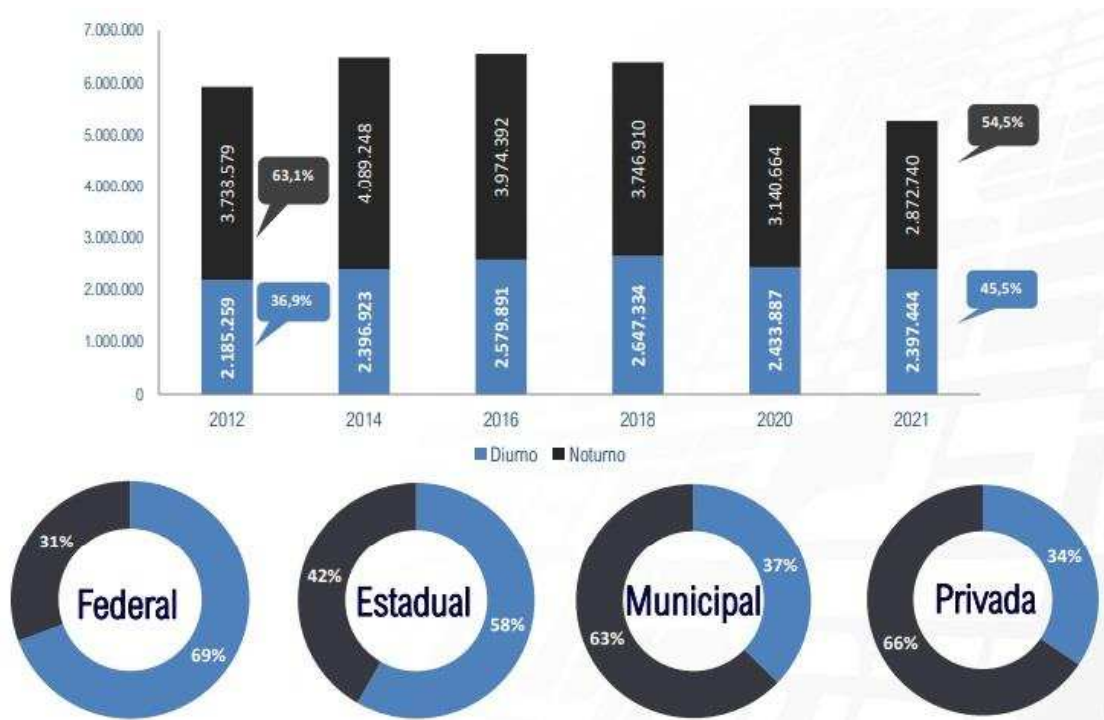
Também compartilhava dessa ideia, ainda mais por acreditar que somente a educação é capaz de realizar esta transposição social e econômica. Além disso, essa questão é melhor entendida quando se examina qual é efetivamente o perfil do aluno do curso noturno no Brasil, destacando a realidade da dupla jornada a que está submetido: trabalho e estudo.

Ademais, examina-se o modo como as políticas educacionais, vêm assimilando e explicitando o discurso da democratização do acesso ao ensino superior nessas duas últimas décadas, em especial nos documentos oficiais do Governo Federal, destacadamente nos planos plurianuais, e na legislação em vigor, com ênfase na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei n. 9.394/1996) e no Plano Nacional de Educação - PNE (Lei n.10.172/2001). (Oliveira; Bittar; Lemos, 2010, p. 248).

Oliveira, Bittar, Lemos (2010) aludem que a evolução histórica do acesso ao ensino superior ao longo das reformas educacionais, com categorias como democratização e universalização da educação, igualdade de oportunidades, qualidade educacional, avaliação, entre outras, também pode ser utilizada como ponto de partida para a compreensão da questão do ensino superior noturno no Brasil. As fases de democratização do ensino superior no Brasil, associadas as taxas de escolarização bruta (20,1%) e líquida (12,1%)¹¹ do ensino superior no Brasil, em 2006, “evidenciam o alto nível de exclusão econômica e de seletividade social no Brasil, em termos do acesso e permanência nesse nível de ensino” (Oliveira; Bittar; Lemos, 2010, p. 251).

De acordo com a Figura 7, a oferta de ensino noturno na educação superior é maior na rede privada (66%); na rede pública federal ao qual eu fiz parte neste processo de graduação, esse percentual de matrículas é de 31%. Portanto, verifica-se que boa parte dos estudantes trabalhadores estão matriculados no turno noturno da rede privada e que o setor público federal concentra sua maior oferta de matrícula no turno diurno (69%), o que torna difícil o acesso e a permanência de estudantes trabalhadores ao ensino superior público, sobretudo aos cursos socialmente considerados de maior prestígio (Oliveira; Bittar; Lemos, 2010).

Figura 7 - Número de matrículas, em cursos de graduação presenciais, por turno – Brasil 2011/2021



Fonte: MEC/Inep, 2021.⁷

Em se tratando de pessoas negras como eu que já sofrem um processo histórico de falta de acesso à educação básica de qualidade, que impossibilita consequentemente o acesso ao nível superior, mesmo com a possibilidade do uso das cotas raciais, pois estes alunos negros poderiam até conseguir o acesso ao ensino superior, mas as chances de evasão seriam iminentes partindo do princípio de uma falta de qualidade no ensino básico por problemas estruturais já conhecidos na educação básica brasileira além dos problemas históricos de impedimento ao ensino superior aos mesmos.

Eu tive o privilégio de ter tido uma educação básica de qualidade e por isso conseguir ter acesso ao ensino superior público numa universidade federal, porém infelizmente essa não é a realidade da maioria dos jovens negros brasileiros. É bem perceptível que o número de vagas aos cursos no ensino superior noturno ainda é muito limitado nas instituições públicas federais, sobretudo em cursos considerados elitizados, como os cursos de engenharia por exemplo. À

⁷ Diretoria de Estatísticas Educacionais. Censo da educação superior. MEC/INEP, 04 novembro 2022. Disponível em:

<https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

exceção, a UFRJ (por exemplo) oferece vagas noturnas para o curso de Engenharia Química, único curso de engenharia onde há a modalidade noturna oferecida por esta universidade, porém com um número menor de vagas em relação ao turno integral (manhã e tarde), o que reforça a deficiência que é citada, apesar do avanço na oferta de vagas para este curso no turno da noite.

Outro curso considerado de prestígio é o Direito, que nesta mesma instituição de ensino é oferecido na modalidade noturna com um número de vagas abaixo da metade em relação a modalidade integral, de acordo com o último edital de acesso a graduação (Sisu, 2023).⁸

Mais uma vez observamos que mesmo com o advento das cotas raciais, que servem também para nivelar e oferecer mais acesso à população negra aos cursos de graduação, muitos jovens negros ainda são privados de ingressar em cursos que são seus sonhos pela falta de oferta destes na modalidade noturna pelas universidades públicas federais. Essa problemática acaba sendo um fator importante e limitante de acesso das pessoas negras, já que estas são a maioria da população do país e por consequência a maior em número que compõe a classe trabalhadora do Brasil, e que assim como eu sonha em ingressar em cursos que não são oferecidos a noite.

Por consequência, a maioria acaba sendo obrigada a migrar para as instituições privadas ou desistindo da graduação por não conseguirem se manter na graduação sem trabalhar, assim como eu que precisava trabalhar e estudar ao mesmo tempo. Além de outro fator de desistência ser pelo fato de só conseguirem ingressar em instituições de ensino privadas e não possuírem condições financeiras de pagar pelo ensino superior noturno nas universidades privadas.

Para reafirmar a tese da dificuldade histórica de pessoas negras acessarem a educação superior, volto no tempo e me debruço sobre a Constituição de 1824. Segundo De Barrosi (2016, p. 594), “a Constituição de 1824 determinava: ‘A instrução primária é gratuita para todos os cidadãos’ (BRASIL, 1824). Entre os cidadãos estavam excluídos os escravos”. Obviamente que nesta época, no auge do sistema escravagista brasileiro, as pessoas negras escravizadas, que não eram nem consideradas como seres humanos, não teriam direito de acesso à escola.

Mais tarde da década de 1850, o Decreto Couto Ferraz de 1854, que regulamentava o ensino primário e secundário da Corte, entre outros aspectos, ele instituía que, no ensino primário, “Não serão admittidos á matricula, nem poderão frequentar as escolas: [...] §3º. Os escravos”. A interdição também era para a instrução secundária (De Barrosi, 2016, p. 596).

⁸ Disponível em: <https://accessgraduacao.ufrj.br/periodo-2023-2/2023-2-sisu-mec/retificacao-dos-editais-para-o-acesso-sisu-mec-2023/2023-Edital_840-2022-Acesso_SiSU.pdf>.

Já na década de 1870, com algumas mudanças na sociedade, percebeu-se um avanço muito pequeno em relação a permissão de escravizados terem acesso à educação nas, até então províncias, da Paraíba, Paraná e Santa Catarina. Contudo nas outras, até então, províncias a exclusão de pessoas pretas se manteve (De Barrosi, 2016). É perceptível e avanço pequenino no que diz respeito ao direito básico (como entendemos hoje): a educação. Porém não podemos negar que nessa década mudanças começaram a existir sobretudo porque em 1871 seria aprovada a Lei do Ventre Livre, então é notório que mudanças começaram a acontecer; mas certamente com muita resistência, porque não é fácil mudar a mentalidade de uma sociedade, pois se até os dias de hoje ainda presenciemos tantos casos explícitos de racismo, com as leis de racismo e injúria racial em vigor, com os veículos de comunicação e as redes sociais fomentando o letramento racial e o antirracismo; imagina a mentalidade das pessoas numa sociedade escravocrata e abertamente racista em sua essência.

Mesmo que olhássemos apenas para as sociedades paraibana, paranaense e catarinense nesse recorte social desta época, onde fora aprovada a lei que permitia pessoas escravizadas serem matriculados nas escolas não creio que os até então senhores de escravos permitiram tão facilmente que seus escravos frequentassem a escola, até porque a lei aprovava a matrícula e não obrigava que os escravizados tivessem o direito ao ensino básico. À rigor em Santa Catarina, na lei que fora aprovada para o acesso de pessoas escravizadas na escola, fazia uma observação de que os escravizados precisavam da licença de seus senhores para frequentarem as aulas (De Barrosi, 2016), certamente de que essas licenças deveriam ser quase que inexistentes pelo fato da mentalidade totalmente racista e escravocrata da época. Fica bem claro que mesmo com esse avanço quase que pontual, a população preta daquela época ainda se mantinha marginalizada pela falta de instrução, e não havia legislação específica para garantir o direito à instrução da população negra daquela, mesmo que escravizados ainda, muito pelo contrário, ainda havia leis mais específicas para dificultar mais ainda o acesso ao ensino básico, como a de Santa Catarina.

Conforme De Barrosi (2016, p. 594), é importante lembrar que o Ato Adicional de 1834, criou as Assembleias Provinciais, dentre cujas atribuições estava legislar sobre a instrução pública, por isso a independência das, até então províncias, de legislar leis próprias sobre a instrução pública.

Com esse breve resumo histórico, fica demonstrado o grande impedimento do acesso ao ensino básico à população negra neste país, que impede logicamente o acesso ao ensino

superior, pois é necessário a conclusão do primeiro para o ingresso no segundo. Logicamente que o desafio de inserir a população negra no ensino básico pelo menos, era gigante no período acima citado pelo fato de o Brasil nem ter passado pela abolição da escravatura ainda; mas é importante observar como foi dificultoso esse processo desde a época da sociedade brasileira escravocrata e mesmo após a libertação dos cativos, pois era necessário mudar a mentalidade da sociedade da época, era necessário um trabalho de inserção de fato dessa população que no período de 1888 era mais de 57% da população brasileira, o que não houve, pois sabemos que após a abolição da escravidão do Brasil não houve nenhuma política pública de reparação histórica e inserção deste grupo à sociedade de forma digna, justa e humanizada.

Diante dessa problemática na educação brasileira para a população negra, os desafios para o ingresso no ensino superior são logicamente ainda maiores sobretudo porque existem outras questões sociais e econômicas para o ingresso a uma universidade; há outras preocupações que são “mais urgentes” como a própria sobrevivência e dentre tantas mazelas que envolvem este grupo, como falta de moradia, falta de acesso à cultura, falta de acesso ao lazer e até mesmo a percepção de ascensão social através da educação se torna algo inalcançável e muitas vezes pensar em dar sequência aos estudos fica em segundo, terceiro, quarto plano ou nem entram em nenhum plano porque o entorno é tão vulnerável socioeconomicamente falando que impossibilita até mesmo de almejar o ensino superior, pois já é um desafio viver, quanto mais enfrentar barreiras que parecem muitas vezes serem intransponíveis para acessar e permanecer no ensino superior, em destaque no ensino superior público.

Outrossim, vencendo os desafios para ingressar na universidade pública, com todas as barreiras já explicitadas que uma pessoa negra de nível social baixo pode enfrentar, trago o foco da discussão agora para a permanência na universidade de um estudante que trabalha, ou seja, de um estudante que não nasceu com privilégios financeiros para conseguir realizar a graduação apenas estudando; debruçando-me na perspectiva do desafio de permanência na universidade pela classe trabalhadora, a qual eu faço parte e junto comigo a grande maioria das pessoas pretas que por questões históricas já são impossibilitadas muitas vezes do acesso, quanto mais da permanência nas faculdades.

De acordo com Torres et al., 2019, ampliando então o foco para a permanência das pessoas que trabalham nas instituições de ensino superior, mais especificamente para as instituições de ensino superior federais da qual eu fiz parte no meu curso de graduação; além do ingresso no ensino superior no Brasil, que já é um desafio para a classe trabalhadora, ainda

há um desafio que talvez seja maior que o ingresso: a permanência. O processo sócio-histórico do ensino superior no país ainda reproduz uma lógica elitista e dentro deste contexto debruço-me sobre os desafios enfrentados pela classe trabalhadora para se manter na universidade, com destaque para o período noturno que é onde está expressivamente a maior parte das pessoas que trabalham e desejam ter um diploma de nível superior e também no grupo onde eu me encaixo.

Existem vários fatores que são desafiadores para um estudante que trabalha, como por exemplo: transporte, deslocamento, falta de tempo, o próprio trabalho, cansaço físico e mental, falta de infra-estrutura para os alunos do noturno, questões psicológicas como ansiedade, afazeres domésticos, família, participação em eventos acadêmicos, dentre outros (Santos; Duarte; Santos, 2019, p. 33).

Mas com certeza o primeiro e maior é o tempo. Dentre tantos fatores, quero começar a falar sobre a falta de tempo que nós enfrentamos para conseguir seguir na graduação. A falta de tempo nos impede de estudar com mais qualidade, de experimentar a vida na universidade com mais intensidade, de participar de atividades acadêmicas e muitas vezes até de conseguir realizar as horas complementares. Há diferenças significativas dos alunos diurnos e noturno, principalmente porque os estudantes do período noturno em sua grande maioria trabalham, enquanto os alunos diurnos não e conseqüentemente dispõe de mais tempo para estudar e conseguir aproveitar todas as oportunidades que a faculdade pode oferecer. Lembro claramente de alguns poucos colegas de turma que não trabalhavam, já no segundo período, estarem fazendo iniciação científica e na metade do curso já estarem mais adiantados do que nós que trabalhamos por terem a oportunidade de cursarem disciplinas no período diurno, por exemplo.

A etapa de formação universitária exige uma série de atividades dos estudantes, para as quais devem ser garantidas condições mínimas necessárias para o equacionamento das dificuldades freqüentemente encontradas, de forma a viabilizar a formação humana e profissional aí pretendida (Carelli; Santos, 1998, p. 01).

Para haver um bom progresso acadêmico, é necessário que o estudante dedique tempo para estudos, atividades extra-classe, horas complementares e este é o desafio de quem trabalha e estuda, pois, este tempo é quase que inexistente quando precisamos conciliar o tempo de estudos com o trabalho, afazeres domésticos, entre outros.

Um estudo feito pela Universidade São Francisco traz dois conceitos importantes para discussão de tempo de estudos: condições temporais e condições pessoais [...] Condições temporais referem-se ao intervalo de tempo que o aluno tem para dedicar-se a trabalhos extra-classe, a fim de completar seus estudos e reforçar seu desempenho

acadêmico. [...] e condições pessoais consideram-se os aspectos ligados ao repertório comportamental, assim como às condições físicas do aluno associadas ao seu desempenho (Carelli; Santos, 1998, p. 1-3).

Através das condições temporais já podemos ter uma ideia de que os alunos que trabalham têm menos tempos para se dedicarem a universidade em relação aos alunos que apenas estudam; contudo o estudo feito pela Universidade São Francisco afirma que os alunos que trabalham passam por maiores dificuldades para seguir no curso em relação aos alunos que só estudam, o que gera conseqüentemente um baixo rendimento acadêmico (Carelli; Santos, 1998).

O estudo realizado, mostra que mais de 70% dos alunos do período noturno estudam mais aos finais de semana, do que os alunos do período diurno, onde em torno dos 50% estudam durante a semana ou todos os dias. Na pesquisa realizada, os alunos da modalidade noturna disseram ter apenas tempo para estudo aos finais de semana por precisarem dedicar mais tempo ao trabalho (Carelli; Santos, 1998).

Isso ressalta a dificuldade que há em conciliar trabalho e estudo, sobretudo numa universidade pública como a UFRJ em que há uma cobrança firme pela excelência e competência dos alunos que nem sempre conseguem corresponder às expectativas da instituição. Em minha jornada pela graduação, ouvi muitos casos, inúmeros casos de alunos reprovando em diversas disciplinas, mas esses casos são quase que unânimes quando se trata de graduandos que também trabalham. Eu mesmo sofri reprovações em disciplinas consideradas muito difíceis por nós estudantes como Cálculo e Física. Reprovei não porque não sabia; muitas vezes não conseguia ter tempo para estudar, tempo extra-classe por precisar trabalhar. Estas disciplinas requerem tempo dedicado de estudo e prática, o que muitas vezes é praticamente impossível trabalhando e aí com o rendimento diminuindo muitas vezes me via desmotivado a continuar ou pensava em desistir porque o psicológico vai sendo afetado e pensamos que a graduação não é pra nós. Muitas vezes chegava na aula e dormia em muitas delas; via colegas chegando mais atrasados do que eu e logo depois descobrindo que eles desistiram do curso por muitos motivos e um deles era a falta de tempo para estudos, o desgaste físico e mental... realmente é um grande desafio permanecer de pé diante de tantas adversidades que nos fazem querer desistir.

Neste estudo ainda, os autores concluíram dizendo que quase 80% dos alunos apontaram o sono e o cansaço como principais fatores do mal desempenho acadêmico, o que só reforça a minha afirmação de que o tempo é o fator crucial para a permanência dos alunos que trabalham

nas universidades, porque a falta de tempo implica no baixo rendimento pela falta de tempo de estudos eficazes e de qualidade, dificuldades para realizar as atividades extra-classe e até mesmo a falta de tempo para descansar de forma satisfatória para que se tenha a disposição mínima para assistir as aulas sem prejuízo no aprendizado. Todas essas questões precisei enfrentar para terminar a graduação e infelizmente não acabar no tempo desejado, pelas reprovações que sofri ao longo do semestre pela falta de tempo para os estudos. Obviamente que as reprovações e até mesmo o entendimento de que a falta de tempo para uma dedicação com mais qualidade nos estudos traz frustrações, alguns bloqueios e na grande maioria das vezes uma enorme vontade de desistir.

Nas fotos abaixo, eu mostro o quão pesado era essa rotina dupla e o quão cansado eu ficava e muitas vezes o corpo não aguentava e eu dormia nas aulas. A figura 3 inclusive, me causa gatilhos emocionais e me lembra de uma sensação de frustração porque essa imagem, que foi feita no Centro Acadêmico do Instituto de Química (CAIQ) minutos antes do início da primeira aula da noite, é referente a primeira semana de algum semestre (que já não me lembro qual exatamente) mas me lembro bem que já na primeira semana eu estava totalmente desgastado e durante algumas semanas essa imagem ficou presa na minha mente me fazendo pensar que se eu já estava naquele estado de desgaste na primeira semana do semestre, como que eu não estaria no final do semestre. E eu me perguntava “Será que eu aguento chegar até o final do semestre? Será que eu consigo passar em todas as disciplinas? Será que eu consigo alcançar a nota para passar nas provas? Será que eu sou forte o suficiente? Será que eu realmente preciso passar por isso? Será que este lugar realmente é pra mim?”

E todas essas perguntas permaneceram um bom tempo na minha mente neste semestre especificamente, por essa imagem e o contexto dela ficarem tão marcados em mim. Mas é claro que todas essas perguntas me acompanharam durante toda a minha graduação.

Figura 8 – Dormindo antes da primeira aula



Fonte: Acervo pessoal

Figura 9 – Dormindo durante a aula



Fonte: Acervo pessoal

São muitas as questões psicológicas que me envolveram a cada semestre que passa, pois pensamos em sermos os primeiros de nossas famílias a conseguirem ingressar na faculdade como a UFRJ, uma instituição de ensino de excelência, uma das melhores do Brasil; se

conseguiremos terminar a tempo, se desistirmos isso significa fracasso e não conseguiremos alcançar nosso objetivo de ascensão social e econômica, se desistirmos não conseguiremos ajudar mais e melhor nossas famílias... É uma série de gatilhos que sofremos e também podem atrapalhar o bom desempenho acadêmico, atrapalhar ainda mais.

Os desafios de permanência na universidade de nós trabalhadores precisam ser levados em consideração e discutidos para garantir que nós também possamos ter acesso a todo o conhecimento científico produzido nas universidades e a falta de tempo a que iniciei a discussão é apenas uma delas, mas certamente é a principal delas (Torres et al., 2019). Cada indivíduo possui suas próprias particularidades, e por consequência seus próprios desafios, contudo o tempo é o fator comum e limitante para todas as pessoas que trabalham e decidem continuar os estudos no ensino superior.

Apesar da universalização da educação como direito garantido a todos os cidadãos, constituídos por lei através a Constituição de 1988, este direito não alcança também o ensino superior (Torres et al., 2019). Quando falamos de trabalhadores que estudam, este direito não é garantido, principalmente pelos desgastes físicos que são relacionados a uma rotina dupla de trabalho em tempo integral e aulas na faculdade a noite. Foram inúmeras as vezes que cheguei em casa tarde, já precisando ir dormir para ter o mínimo necessário de sono para continuar a rotina de trabalho e estudos. Em um estudo de caso realizado pela Universidade Federal Fluminense (UFF) no campus Campos dos Goytacazes realizado com um grupo de 120 pessoas que trabalham de diversos cursos de graduação sugere possíveis soluções para a permanência da classe trabalhadora na universidade, como novas políticas que considerem a permanência dos alunos que trabalham ou uma mudança no projeto político-pedagógico deste grupo para que haja um melhor aproveitamento destes alunos que já chegam na graduação com o tempo como seu pior inimigo para um bom desempenho acadêmico (Torres et al., 2019).

Um outro estudo realizado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) submetendo 30 discentes, que trabalham, do período noturno do curso de Licenciatura em Biologia revela dentre os muitos problemas que atravessam esse grupo, que a falta de tempo de para estudos, trabalho e o cansaço físico e mental atrapalham o bom desempenho acadêmico (Santos; Duarte; Santos, 2019).

Certamente que o tempo também está relacionado com ao trabalho, pois se não trabalhassem teriam mais tempo para se dedicarem aos estudos; o mesmo se dá. Ora, esses dois estudos realizados em universidades públicas diferentes, em lugares diferentes, de cursos de graduação só reafirma e corrobora o grande desafio que é enfrentar uma graduação com um

tempo limitado e restrito para estudar, se dedicar muitas vezes lutando contra o cansaço físico e mental, fome e morando ou trabalhando longe da faculdade; questões essas que são comuns a todos os trabalhadores estudantes; independentemente de onde estejam da esfera federal, todas as pessoas que trabalham e estudam precisam lutar contra esses empecilhos. E todas essas questões também me atravessaram enquanto pertencente ao grupo da classe trabalhadora e estudante de graduação do período noturno, e tendo que lidar muitas vezes também com as frustrações de não conseguir participar de eventos acadêmicos ou reprovar em disciplinas ou mesmo dormir nas aulas pelo grande cansaço que me atravessava.

Outro atravessamento importante são os espaços de convivência no período noturno. Lembro-me claramente nas aulas do professor Waldmir Nascimento Araújo Neto (Barroco) reclamar e questionar insistentemente por espaços de convivência para nós alunos do curso noturno, e não só para nós; mas para os próprios professores também. O espaço físico da UFRJ a noite se torna desértico, escuro e passível de muitos perigos, o que torna o ambiente ainda mais hostil para nós estudantes e para os professores.

Durante a minha graduação, conversando com outras pessoas de outras instituições de ensino superior públicas, percebi que a UFRJ tinha sim até que um espaço mais receptivo em relação a alimentação para os alunos dos cursos noturnos, como por exemplo o funcionamento dos restaurantes universitários (RU) até às 20:30 que ajudam os estudantes a se alimentarem, mesmo muitos de nós chegando em cima do horário das aulas ou até mesmo já atrasados para a aula; mas em outras instituições não há essa iniciativa.

De acordo com Santos, Duarte e Santos (2019), “a alimentação oferecida dentro da instituição de ensino é um fator motivacional para os estudantes, causando o bem-estar dos mesmos dentro da universidade” (Santos; Duarte; Santos, 2019, p. 31). Porém essa melhor receptividade se limitava apenas ao RU.

Como citado, o professor Barroco reclamava e se queixava em todas as disciplinas que cursei com ele, de uma falta de espaço para tomar um café entre as aulas ou fazer lanche rápido; coisas que são necessárias principalmente para os alunos do curso noturno que em sua maioria vem do trabalho e muitas vezes não conseguem se alimentar no RU, por exemplo tendo somente o RU como espaço para alimentação.

Também sofri por muito tempo por não ter os setores administrativos abertos no horário noturno. Até a metade da minha graduação não havia pessoal para a secretaria a noite, o que dificultava muito a comunicação entre nós alunos e a secretaria ou até mesmo a coordenação de curso; comunicação essa que na maioria das vezes se dava apenas via e-mail sendo muitas

vezes ineficaz por alguns problemas serem de certa urgência e que poderiam ser facilmente resolvidos se os setores estivessem abertos para os alunos do curso noturno.

Muitas vezes precisei sair mais cedo do trabalho para tentar resolver problemas na secretaria e precisei compensar outros dias no trabalho, pela saída antecipada, o que fazia com que eu me atrasasse para as aulas, causando um efeito dominó que certamente me atrapalhou no processo de aprendizagem, na perda dos momentos iniciais das aulas, e no aumento do cansaço físico também. Até a xerox do Instituto de Química (IQ) não funciona no horário noturno. Ainda me recordo de pedir pros colegas que não trabalhavam para tirar xerox para mim dos materiais, dos roteiros de aulas práticas, porque eu não conseguiria chegar a tempo de pegar a xerox ainda aberta. Essas insatisfações que enfrentei também são relatadas por Santos, Duarte, Santos (2019) mostrando também que essa dificuldade permeia outras realidades de outros trabalhadores que estudam no período noturno das universidades.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao olhar para a minha trajetória, posso perceber que minha história enquanto graduando é muito semelhante à história de alguns outros licenciandos pelo Brasil, e desta observação pode-se sugerir que há quase que um padrão social dentro do recorte socioeconômico e racial.

Me aprofundando em entender as dificuldades pelas quais a população negra passa e estando inserido dentro de muitos desses sofrimentos, porque sou um homem negro, percebo o quão desafiador é para nós pessoas pretas de conseguirem ingressar, permanecer e finalizar uma graduação numa universidade pública, pois quase que diariamente enfrentamos lutas invisíveis e é desafiador seguir nos mantendo lúcidos (psicologicamente falando), positivos de que conseguiremos alcançar o grande objetivo que é se formar e com o desejo ardente de ascender socialmente e conseguirmos alçar lugares melhores, porque o desejo foi de muitas vezes desistir e o sentimento de incontáveis vezes achar que o lugar que eu estava não era pra mim.

Enfrentar uma dupla jornada diária não é nada fácil, e perceber que esses mesmos desafios enfrentados por mim como transporte, deslocamento, falta de tempo para estudar, o próprio trabalho, cansaço físico e mental, falta de infra-estrutura para os alunos do curso noturno, questões psicológicas como ansiedade, afazeres domésticos, família, entre outros, também é a realidade de tantos outros estudantes só reforça o quanto este país ainda precisa avançar em formas mais justas para que estudantes trabalhadores como eu possam realizar uma graduação de forma mais digna e com mais equidade para que nós tenhamos tão aproveitamento como os outros colegas que cursaram e cursam o nível superior e não necessitam de trabalhar para sobreviver e sustentar suas famílias, pois nós estudantes e trabalhadores também queremos viver a vida acadêmica, mergulhar e absorver tudo que a universidade pode nos oferecer, e muitas vezes não é possível por não haver oportunidades para nós que estudamos no turno noturno e parece que não há a preocupação em nos integrar de fato ao ambiente universitário.

Com esta pesquisa, que fala sobre mim através da pesquisa autobiográfica, pude perceber que muitos dos obstáculos que precisei transpor foram apenas por ser eu negro, por fazer parte de um sistema que projetou apagamento e impedimentos do avanço de pessoas negras, e que todas essas tentativas de extermínio (ainda de que forma silenciosa) reverberam até hoje no que diz respeito ao baixo índice de escolaridade das pessoas negras, a alta taxa de desocupação de pessoas negras, a subalternização de pessoas negras, a quase que inexistência de pessoas negras no poder, até o ainda o baixo índice de negros no ensino superior que se

reflete em, por exemplo, uma quantidade irrisória de professores negros na graduação da Licenciatura em Química da UFRJ. Mas também pude perceber a importância deste trabalho, pois este escrito traz grandes reflexões de como um relato individual pode apontar para questões sistêmicas, estruturais e institucionais e que se repetem na vida de tantos outros jovens negros de forma tão latente como foi comigo, ou até pior. Porém pode contribuir para fomentar mais discussões e encorajar outros jovens negros licenciandos em química ou graduandos de forma geral e refletirem sobre suas próprias histórias ou até mesmo refletirem sobre as barreiras que lhe foram impostas durante a graduação e trazerem outras perspectivas acerca de todas as denúncias feitas neste trabalho.

Desejo que este trabalho (que é pioneiro por retratar da história de um jovem negro com muitas denúncias acerca de questões estruturais e institucionais que assolam este espaço acadêmico mesmo que esta universidade exista há mais de 100 anos) possa servir de inspiração para outros licenciandos e/ou alunos negros da UFRJ, que enfrentam os mesmos enfrentamentos que passei (ou até piores) para que nunca desistam e que entendam o lugar que ocupam, que é legítimo e nosso por direito. Que este trabalho possa ser lido no futuro com uma UFRJ mais negra, com mais igualdade e equidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAHÃO, Maria Helena Menna Barreto. **Memória, narrativas e pesquisa autobiográfica**. São Paulo: Revista História da educação, n. 14, v. 7, p. 79-95, 2003.

AFONSO, Nathália. Dia da Consciência Negra: números expõem desigualdade racial no Brasil. **Lupa**, Rio de Janeiro, 20 novembro 2019. Disponível em: <<https://lupa.uol.com.br/jornalismo/2019/11/20/consciencia-negra-numeros-brasil/>>. Acesso em: 23 ago. 2023.

ALMEIDA, Liz Mota. **Preta de orgulho: nasce coletivo de docentes negros**. AdUFRJ PROFESSORES DA UFRJ, 27 março 2021. Disponível em: <<https://www.adufrj.org.br/index.php/pt-br/noticias/arquivo/80-atual/3664-preta-de-orgulho-nasce-coletivo-de-docentes-negros>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

ALMEIDA, Silvio Luis De. **Racismo estrutural**. São Paulo: Pólen, 2019.

BARBOSA, Lívia . **Igualdade e meritocracia: a ética do desempenho nas sociedades modernas**. 4ª. Ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

BENTO, Cida. **O pacto da branquitude**. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

BERMÚDEZ, Ana Carla. **Analfabetismo entre negros é quase o triplo que entre brancos**. UOL, 15 julho 2020. Disponível em: <<https://educacao.uol.com.br/noticias/2020/07/15/analfabetismo-entre-negros-e-quase-tres-vezes-maior-do-que-entre-brancos.htm>>. Acesso em: 19 ago. 2023.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Lei nº 514, de 28 de outubro de 1848. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 28 out. 1848. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/legin/fed/leimp/1824-1899/lei-514-28-outubro-1848-559998-publicacaooriginal-82506-pl.html>>. Acesso em: 20 dez. 2023

BRASIL. Lei nº 601, de 18 de setembro de 1850. **Dispõe sobre a regulamentação do registro de marcas e de indústria**. Diário Oficial da União, Poder Legislativo, Brasília, DF, 18 set. 1850. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm>. Acesso em: 20 dez. 2023.

CARELLI, Maria José Guimarães; SANTOS, Acácia Aparecida Angeli dos. **Condições temporais e pessoais de estudo em universitários**. Psicologia escolar e educacional, v. 2, p. 265-278, 1998.

CIDA, Bento. **Pacto da branquitude**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

CERQUEIRA, Daniel Ricardo De Castro; DE MOURA, Rodrigo Leandro. **Vidas perdidas e racismo no Brasil**. Publicatio UEPG: Ciências Sociais Aplicadas, v. 22, n. 1, p. 73-90, 2014.

DE BARROSI, Surya Pombo. **Escravos, libertos, filhos de africanos livres, não livres**. Educ. Pesqui, v. 42, n. 3, p. 591-605, 2016.

Diferença entre negros e não-negros no mercado de trabalho persiste. **Instituto Ethos**, 11 de julho 2022. Disponível em: <<https://www.ethos.org.br/cedoc/diferenca-entre-negros-e-nao-negros-no-mercado-de-trabalho-persiste/>>. Acesso em: 21 ago. 2023

DO início ao fim: população negra tem menos oportunidades educacionais. **TODOS PELA EDUCAÇÃO**, 12 novembro 2020. Disponível em: <<https://todospelaeducacao.org.br/noticias/do-inicio-ao-fim-populacao-negra-tem-menos-oportunidades-educacionais-2/#:~:text=Em%202019%2C%20apenas%2065%2C1,contra%2075%25%20dos%20jovens%20brancos>>. Acesso em: 22 ago. 2023.

DOS PASSOS, Joana Célia. **As desigualdades na escolarização da população negra e a Educação de Jovens e Adultos**. EJA em debate, v. 1, n. 1, p. 137, 2012.

FATOS e números, **Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)**, 14 abril 2022. Disponível em: <<https://ufrj.br/aceso-a-informacao/institucional/fatos-e-numeros/#:~:text=Atualizado%20em%2014%2F4%2F2022,organizada%20como%20universidade%20em%201920>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

FONSECA, Alexandre Brasil. Uma marca para docentes negras e negros da UFRJ: Alexandre Brasil Fonseca, diretor do Instituto Nutes, propõe atualizar a Minerva, com contornos mais representativos para a Instituição. **Conexão UFRJ**, 22 janeiro 2021. Disponível em: <<https://conexao.ufrj.br/2021/01/uma-marca-para-docentes-negras-e-negros-da-ufrj/>>. Acesso em: 02 jan. 2023.

IBGE. **Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil**. Coordenação de População e Indicadores Sociais - Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível: <https://a.storyblok.com/f/134103/4fc74c19aa/liv101681_informativo.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MARANHÃO, Jucilene Dias; VERAS, Renata Meira. **O ensino noturno na Universidade Federal da Bahia: percepções dos estudantes**. Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação, v. 25, p. 553-584, 2017.

MARQUES, Marília. 'A cada 23 minutos, um jovem negro morre no Brasil', diz ONU ao lançar campanha contra violência. **G1 DF**, 07 novembro 2017. Disponível em: <<https://g1.globo.com/distrito-federal/noticia/a-cada-23-minutos-um-jovem-negro-morre-no-brasil-diz-onu-ao-lancar-campanha-contr-violencia.ghtml>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MARQUES, Valéria; SATRIANO, Cecília. **Narrativa autobiográfica do próprio pesquisador como fonte e ferramenta de pesquisa**. Linhas Críticas, v. 23, n. 51, p. 369-386, 2017.

MEC/INEP. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo da educação superior**. INEP, 04 novembro 2022. Disponível em: <https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2021/apresentacao_censo_da_educacao_superior_2021.pdf>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MILARÉ, Tathiane; WEINERT, Patrícia Los. **Perfil e perspectivas dos estudantes do curso de licenciatura em química da UEPG**. Química Nova, v. 39, p. 522-529, 2016. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/qn/a/ht3t3pdyrYV6dT4cMfpXjJp/?format=pdf&lang=pt>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

MORAES, Marcelo José Derzi. **Filosofia, ética e política de origem africana egípcia**. Voluntas: Revista Internacional de Filosofia, v. 10, p. 216-237, 2019.

OLIVEIRA, João Ferreira de; BITTAR, Mariluce; LEMOS, Jandernaide Resende. **Ensino Superior noturno no Brasil: democratização do acesso, da permanência e da qualidade**. Revista de Educação Pública, v. 19, n. 40, p. 247-267, 2010.

RACISMO. CAOP Núcleo de Promoção da Igualdade Étnico-Racial. **Ministério Público do Paraná (MPPR)**. Disponível em: <[https://site.mppr.mp.br/nupier/Pagina/Racismo#:~:text=Racismo%20institucional%20%C3%A9%20qualquer%20sistema,universidades%20\(p%C3%BAblicas%20ou%20particular\)>](https://site.mppr.mp.br/nupier/Pagina/Racismo#:~:text=Racismo%20institucional%20%C3%A9%20qualquer%20sistema,universidades%20(p%C3%BAblicas%20ou%20particular)>)>. Acesso em: 02 nov. 2023.

RODRIGUES, Cleber; FILARDI, Isabela. Negros somam 80% das mortes violentas de jovens no país, aponta estudo: as maiores vítimas são adolescentes entre 15 e 19 anos, de acordo com um estudo do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e do Unicef. **CNN Brasil**, São Paulo, 15 dezembro 2021. Disponível em: <<https://www.cnnbrasil.com.br/nacional/negros-somam-80-das-mortes-violentas-de-jovens-no-pais-aponta-estudo/>>. Acesso em: 16 ago. 2023.

SANTOS, Diógenes Souza; DUARTE, Ana Cristina Santos; SANTOS, Daniela Souza. **Um estudo sobre o ensino superior noturno na perspectiva de estudantes trabalhadores do curso de Licenciatura em Ciências Biológicas na UESB**. Revista de Iniciação à Docência, v. 4, n. 2, p. 25-40, 2019.

SANTOS, Jociane Marthendal Oliveira; ESTEVAM, Rebeca Anselmo; MARTINS, Thiago de Melo. **Pesquisa (auto) biográfica**. Ensaios Pedagógicos, v. 2, n. 1, p. 45-53, 2018.

TEIXEIRA, Marco Antonio Pereira; CASTRO, Alexandre Kurtz dos Santos Sisson de; ZOLTOWSKI, Ana Paula Couto. **Integração acadêmica e integração social nas primeiras semanas na universidade: percepções de estudantes universitários**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 5, n. 1, p. 69-85, 2012. Disponível em <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1983-82202012000100006&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 27 jan. 2023.

TORRES, Lidiane Silva; DE SOUZA, Ademir Hilário; DE SOUZA, Ana Paula Borges; ISTOE, Rosalee Santos Crespo. **Os desafios da permanência do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na Universidade Federal Fluminense, em Campos dos**

Goytacazes (RJ). Anais VI CONEDU. Campina Grande: Realize Editora, 2019. Disponível em: <<https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/61858>>. Acesso em: 02 nov. 2023.

UM elevador social quebrado? Como promover a mobilidade social. Como o Brasil compara? **OECD**, 15 junho 2018. Disponível em: <<https://www.oecd.org/brazil/social-mobililty-2018-BRA-PT.pdf>>. Acesso em: 20 fev. 2023.